



Diário **OFICIAL** Assembleia

Poder Legislativo Estadual

Edição nº 736 | 17ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa | Publicação nº 378 | 10 páginas
Curitiba, Segunda-feira, 22 de Setembro de 2014

Mesa Executiva

DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR
1º Vice-Presidente

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO
2º Vice-Presidente

DEPUTADO NELSON LUERSEN
3º Vice-Presidente

DEPUTADO VALDIR LUIZ ROSSONI
Presidente

DEPUTADO PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
1º Secretário

DEPUTADO ADEMIR BIER
2º Secretário

DEPUTADO GILSON DE SOUZA
3º Secretário

DEPUTADO GILBERTO RIBEIRO
4º Secretário

DEPUTADO STEPHANES JUNIOR
5º Secretário

Lideranças

Líder do Governo.....	Ademar Traiano
Líder da Oposição.....	Elton Welter
PMDB.....	Nereu Moura
PSDB.....	Francisco Bührer
PSB.....	Wilson Quinteiro
DEM.....	Elio Lino Rusch
PDT.....	Fernando Scanavaca
PT.....	Tadeu Veneri
PPS.....	Tercílio Turini
Bloco - PP,PV, PSL.....	Duílio Genari
Bloco - PSC,PRB, PMN.....	Leonardo Paranhos

Representação Partidária

PMDB – Ademir Bier, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Jonas Guimarães, Luiz Cláudio Romanelli, Nereu Moura, Stephanes Junior, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi, Luiz Eduardo Cheida, Caio Quintana, Cleiton Kielse. **PSDB** – Ademar Traiano, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Evandro Junior, Francisco Bührer, Luiz Accorsi, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Rose “Litro”, Valdir Rossoni. **PT** – Enio Verri, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello, Tadeu Veneri, Professor Lemos, Toninho Wandscheer, Elton Welter. **DEM** – Elio Lino Rush, Nelson Justus, Pedro Lupion, Plauto Miró Guimarães, Osmar Bertoldi. **PDT** – Fernando Scanavaca, Nelson Luersen. **PPS** – Douglas Fabrício, Tercílio Turini, Felipe Lucas. **PSB** – Gilberto Ribeiro, Hermas Brandão Jr, Wilson Quinteiro. **PV** – Rasca Rodrigues, Roberto Aciolli. **PSC** – Gilson de Souza, Paranhos. **PRB** – Pastor Edson Praczyk. **PSD** – Ney Leprevost, Marla Turek. **PSL** – Adelino Ribeiro. **PP** – Duílio Genari. **PMN** – Dr. Batista

Deputados Licenciados

PDT – André Bueno

www.imprensaoficial.pr.gov.br



PODER LEGISLATIVO ESTADUAL

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Diretor - Geral	Roberto Costa Curta
Procurador - Geral	Luiz Carlos Caldas
Secretária - Geral da Presidência	Lydia Montani
Diretora Legislativa	Lucilia Felicidade Dias
Diretor Administrativo	Roberto Costa Curta
Diretor de Pessoal	Bruno Perozin Garofani
Diretor de Apoio Técnico	Cléber Cavalli
Diretora de Assistência ao Plenário	Lucilia Felicidade Dias
Diretora Financeira	Fabiana da Silva Fernandes

Praça Nossa Senhora de Salete, s/n - Curitiba - PR - CEP 80.530-911

Telefone 41 3350.4000

Sumário

Sessões Plenárias	03
Processo Legislativo	10

Sessões Plenárias

Sessão Especial

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Palácio XIX de Dezembro

Diretoria Legislativa

Audiência Pública de Prestação de Contas da Secretaria de Estado da Fazenda relativa ao 2º Quadrimestre de 2014, ocorrida em 16 de setembro de 2014.

Aos dezois dias do mês de setembro de dois mil e quatorze, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, às quinze horas, de acordo com o painel eletrônico, foi registrada a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSL), Ademar Traiano (PSDB), Ademir Bier (PMDB), Alexandre Curi (PMDB), Artagão Junior (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Caíto Quintana (PMDB), Cantora Mara Lima (PSDB), Cleiton Kiesel (PMDB), Douglas Fabricio (PPS), Duílio Genari (PP), Elio Rusch (DEM), Elton Welter (PT), Enio Verri (PT), Felipe Lucas (PPS), Fernando Scanavaca (PDT), Francisco Bühner (PSDB), Gilberto Ribeiro (PSB), Gilson de Souza (PSC), Hermas Brandão Jr. (PSB), Jonas Guimarães (PMDB), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Accorsi (PSDB), Luiz Claudio Romanelli (PMDB), Luiz Eduardo Cheida (PMDB), Nelson Garcia (PSDB), Nelson Justus (DEM), Nelson Luersen (PDT), Nereu Moura (PMDB), Ney Leprevost (PSD), Paranhos (PSC), Pastor Edson Praczyk (PRB), Pedro Lupion (DEM), Péricles de Mello (PT), Plauto Miró (DEM), Professor Lemos (PT), Rasca Rodrigues (PV), Rose "Litro" (PSDB), Stephanes Junior (PMDB), Tadeu Veneri (PT), Terclício Turini (PSB), Teruo Kato (PMDB) e Valdir Rossoni (PSDB) (43 Parlamentares); Deputados ausentes: Andre Bueno (PDT, conforme Protocolo nº 4.503/2014, licença para tratar de assuntos particulares no período de 1º.9.2014 a 5.10.2014, sem ônus para o Poder Legislativo), Anibelli Neto (PMDB), Dr. Batista (PMN), Evandro Junior (PSDB), Marla Tureck (PSD), Mauro Moraes (PSDB), Osmar Bertoldi (DEM), Roberto Acioli (PV), Toninho Wandscheer (PT), Waldyr Pugliesi (PMDB) e Wilson Quinteiro (PSB) (11 Parlamentares). O Sr. Presidente, Deputado Valdir Rossoni, secretariado pelos Srs. Deputados Plauto Miró (1º Secretário) e Jonas Guimarães (na função de 2º Secretário), "sob a proteção de DEUS", iniciou a Audiência Pública com o Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Luiz Eduardo Sebastiani, para apresentação das metas fiscais do segundo quadrimestre de 2014, em cumprimento à Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Aberta a Audiência Pública, cumprimento ao Secretário Luiz Eduardo Sebastiani; João Otávio Faria Borges de Sá, Diretor Geral; Kelly Cristina Reis; José Aparecido Valêncio da Silva; Suzane Gambeta; Marlon José Liebel; Breno Lemos; Josimeri Osório de Almeida; Antônio Carlos Cordeiro da Silva; Rosimeri Buenos Ronis; Marlene de Souza Strada; Bruna Covalski; Maurílio Guerreiro Campos; João Jona; Jaime Nakano; Antônio Celso; e Marcos Antônio Jaguer. Sejam bem-vindos a nossa Casa.

Em cumprimento à Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 9º, § 4º, declaro aberta a Audiência Pública de Prestação de Contas do 2º Quadrimestre de 2014 da Secretaria de Estado da Fazenda. Concedo a palavra ao Secretário de Estado da Fazenda, Exmo. Sr. Luiz Eduardo Sebastiani. O Secretário terá 30 minutos de apresentação, mais 15 minutos de prorrogação, só podendo ser apartado durante a prorrogação de 15 minutos. Solicito aos Srs. Deputados que queiram participar, que façam as suas inscrições a partir de agora. PEDU aos Srs. Deputados que registrem suas presenças. **SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI:** Sr. Presidente Deputado Valdir Rossoni, componentes da Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, Deputado Plauto Miró Guimarães, Deputado Jonas Guimarães, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, colegas da Secretaria da Fazenda aqui presentes, já citados pelo Presidente. Falo em nome de cada um dos senhores e das senhoras, meus colegas servidores públicos, que é a realização do trabalho de cada um, não só da Secretaria da Fazenda, mas também de todo o conjunto de servidores públicos do Estado do Paraná.

As contas apresentadas em cada quadrimestre expressam, efetivamente, a realização do trabalho de cada Secretaria, de cada órgão do Estado do Paraná, dirigido a todos cidadãos e Municípios, distribuídos nos Municípios do nosso Estado do Paraná.

Então, é uma honra muito grande estar aqui neste momento apresentando, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, à Lei Complementar nº 101, o Quadro Orçamentário Financeiro do Estado, na conclusão do segundo quadrimestre, portanto, se acumulados os meses de janeiro a agosto de 2014. Então, podemos já colocar o objetivo que todos os senhores já sabem, a apresentação das metas fiscais. Colocaremos a situação das receitas, das despesas do Estado, os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, objeto desta Sessão, desta apresentação e, também, o Quadro Geral da Dívida do Estado, a dívida consolidada do Estado, a dívida contratada. Uma análise da receita. Vamos começar então. Aqui, a divisão da receita: Receitas Correntes e Receitas de Capital. Receitas Correntes, fruto da arrecadação direta do Estado e também dos repasses que o Estado recebe da União, em particular o FPE, como vamos ver a descritiva; e a Receita de Capital, fruto, fundamentalmente, da receita oriunda de operação de crédito, também de aplicações financeiras que, enquadrada no Orçamento como Receita de Capital, dada a dedução do Fundeb. Fundeb é uma receita que ingressa no Estado, e depois é retornado para os Municípios, em função do número de alunos que o Estado e os Municípios têm, distribuídos nas escolas municipais...

Nas escolas estaduais e municipais, escolas públicas, e temos este resultado.

Na verdade, temos uma evolução das Receitas Correntes do ano 2014, sempre considerando, portanto, o segundo quadrimestre, uma evolução nominal, ou seja, sem considerar a inflação de 8.46%, crescimento nesta ordem. E, se descontarmos a inflação de 6.28 chegaremos ao índice real, o crescimento real de 2.17% - vamos depois ver em detalhes onde, efetivamente, se obtém e quais são os itens da Receita Corrente que no somatório chegam àquele índice. E já uma receita de capital com a expansão muito significativa, muito importante, saltando de R\$357 milhões em 2013, para R\$1 bilhão e 90, em função das operações de crédito já ingressadas no Tesouro Estadual. Citar um exemplo que o Paraná acompanhou muito, que os Srs. Deputados acompanharam muito, que é o Proinveste, que é um dos itens. Depois vamos ver em detalhe as Receitas de Capital, as operações de crédito que já entraram no Tesouro do Estado do Paraná.

As Receitas Tributárias. Receitas de tributos diretamente recolhidas para o Estado, ou retido, no caso do Imposto de Renda Retido na Fonte, que é o imposto que no pagamento da folha, ou pagamento de fornecedores, o Estado retém, em nome da União, esse tributo. Esse tributo permanece no Tesouro, e depois ele é descontado do FPE. Então, é sempre um tributo bastante importante, que é uma antecipação do fundo...

Receita do ICMS. Olha, esse é um dado importante sempre, para o Tesouro Estadual e, ao mesmo tempo, mostra um quadro de muito cuidado, de muita atenção por parte do Estado, e, certamente, não só do Estado do Paraná, de todos os Estados da Federação. Acompanhamos os números também de outros Estados, através do Confaz, por exemplo, identificando que a receita de ICMS, aquela receita ligada à atividade econômica, ela tem tido, principalmente, nos três últimos meses - até chamaria a atenção para os dois últimos, mas o terceiro também, junho, julho e agosto, mas notadamente junho e julho - uma queda na atividade econômica nas encomendas industriais, que reflete no movimento do comércio e, portanto, tem um nível de arrecadação menor. Ou seja, há uma desaceleração na arrecadação do ICMS, fruto da desaceleração econômica no País e também atingindo os Estados. Portanto, um crescimento, ainda assim um crescimento.

Muitos Estados, como coloquei, apresentaram queda na arrecadação de ICMS, mas aqui houve um pequeno acréscimo de 0.9% em termos reais; em termos nominais 7.2, em relação ao mesmo período do ano passado, fruto dessa circunstância, mas que, felizmente, já temos identificado nesses primeiros meses, nesses primeiros 15 dias, uma leve recuperação, mas bastante importante, e para nós significativamente importante, na arrecadação do ICMS, a ponto de equilibrar a expectativa que realizamos, em particular, a inspetoria, com o Marlon, a Suzane, enquanto eles têm essa previsão diária de arrecadação de ICMS. E, Marlon, está, ao menos, acompanhando, está em linha com que hoje estamos prevendo que dá certo grau de mais atenção, mas com mais tranquilidade, no ponto de vista do fechamento das contas.

O IPVA teve um crescimento importante, 6.2%, principalmente nos primeiros três meses do ano houve um crescimento de IPVA bastante importante. Hoje não está um crescimento tão intenso, mas já, como disse, também em setembro começa a dar uma recuperação, fruto da retomada das vendas, das encomendas e das vendas no mercado varejista de automóveis e da linha branca que, neste caso, especificamente do IPVA para os automóveis, que começa a dar também uma situação de mais tranquilidade para o Estado e também, fundamentalmente, que é a nossa preocupação, tanto quanto o ICMS para os Municípios. Aqui uma repartição, meio a meio, do IPVA com os Municípios. Então, na medida em que o Estado começa a recuperar uma receita de IPVA, ele também se dirige nessa mesma proporção para os Municípios, de acordo com a frota de cada Município do Paraná.

O Imposto de Transmissão Causa Mortis tem um crescimento importante também, fruto da, não necessariamente do movimento econômico, e sim das atitudes pessoais e das circunstâncias pessoais e das famílias que fazem essas transmissões, mas demonstra, de qualquer modo, um nível bastante importante de crescimento, 13.8% de crescimento, bastante real, bastante significativo.

Imposto de renda, 10%, está em linha com o crescimento também das despesas em pessoal e também de serviços terceirizados. E as taxas, as taxas diretamente recolhidas pelo Estado, taxas vinculadas ao meio ambiente, taxa vinculada ao Poder de Polícia do Estado, que tem um crescimento também dentro das expectativas. Portanto, há um crescimento real de 2.19, 8.48 nominal. Não é um crescimento, eu diria, de muita intensidade, provocado, fundamentalmente, pelo peso que tem o ICMS no total das Receitas Tributadas. Na medida em que a Receita Tributária, o ICMS não tem um ritmo intenso de crescimento, ele abate muito fortemente o Tesouro, em função dessa circunstância do ICMS, que, repito, esperamos ter um nível de recuperação bastante importante já neste mês de setembro. Portanto, apontando para o próximo quadrimestre um resultado mais favorável.

Aqui, só para identificar o quanto do tributo efetivamente permanece no Tesouro Estadual. Dos treze, só para ter um exemplo, isso é importante para todos conhecermos as contas públicas: o ICMS que é arrecadado, os 13 bilhões arrecadados neste 2º quadrimestre, 8 bilhões, são somente 8 bilhões permanecem no Estado, cujo valor é partilhado em 12% para a saúde; 25%, 30% no caso, 25% para o ensino básico mais ensino superior; 30%, os poderes. Este montante ainda é distribuído e aí que se vincula a receita vinculada às despesas, a partir deste montante. Porque aqui já houve o repasse para os Estados e Municípios, já houve o devido pagamento do Pasep, os precatórios, já está todo, aqui, contido na receita bruta, que torna líquido este valor. O IPVA, nesta mesma proporção, 39%, tem este tipo de vínculo ou de permanência no Estado, 39% por causa também dos pagamentos não só de 50% da parcela dos Estados e Municípios, mas também do Pasep, o recolhimento direto do Pasep. Enfim, esta proporção de cada tributo que permanece para o Estado, portanto o Estado permanece com 60,29% do total arrecadado das Receitas Tributárias, que chamados de Receita Tributária Líquida.

Aqui, a Receita Corrente, também só para termos um retrato, o FPE, o Fundo de Participação do Estado, onde cada Estado recebe uma parte dos tributos recolhidos pela União, notadamente Imposto de Renda e IPI. E temos esta evolução do FPE, em 3,5% real, com este montante, aqui, de 1 bilhão 428, da parcela correspondente à distribuição constitucional destes tributos federais aos Estados. No caso, o Estado do Paraná, neste montante. A Cide é a última parcela que vamos receber, que esta última parcela, a Cide, que é de valores atrasados da Cide, um tributo que já não existe mais, mas ainda tivemos este último suspiro, vamos chamar assim, trazido ao Tesouro, neste período do primeiro quadrimestre, até o segundo quadrimestre deste ano de 2014.

Compensação Financeira, que é resultado dos royalties das hidrelétricas e do xisto também, fundamentalmente do xisto, que tem uma receita significativa, mas sempre importante para o Tesouro. O IPI, também, recolhido,

que se dirige como transferências correntes a nós. Lei Kandir, vinculada às exportações. Há uma queda significativa, aqui, mas é que a parcela da Lei Kandir vai ser levada para o próximo... Tem uma atrasada e é a União que repassa esta parcela, que ficou atrasada e deve ingressar, agora, no próximo quadrimestre. E esperamos, pelo nível das exportações do Paraná, que haja um equilíbrio ao que foi previsto até o final do ano de 2014. O Fundeb, que é a distribuição de todo o recurso vinculado à educação, recurso da União, que é distribuído ao Estado, tem este quadro de uma pequena redução real, fruto fundamentalmente do maior volume de alunos no sistema municipal. Então, há um retorno, por Município, de um valor mais expressivo do que permanece para o Estado.

Demais Transferências da União, são convênios, basicamente convênios. Depois entraremos no descritivo, no detalhamento. O salário educação, também constitucional, que é de acordo com o número de alunos que é repassado em uma cota definida pela União. E o repasse do SUS, com este crescimento de 5.1%, em linha com o próprio FPE, um pouco acima do FPE, também vinculado, vamos dizer assim, ao movimento dos recursos arrecadados pela União. Ao total das transferências correntes, temos este percentual de 3,9%, neste período do 2º quadrimestre, em relação a 2013.

Outras Receitas Correntes, o que há de significativo são estas receitas decorrentes de dívida ativa de IPVA, de ICMS, basicamente dívida ativa, multas e juros pegos pelas dívidas de tributos que os contribuintes realizam. Há, aí, um decréscimo bastante significativo, não teve um movimento de pagamento em relação ao ano passado, porque no ano passado também tinha nesse período, houve o lançamento de um Refis, onde houve uma arrecadação bastante significativa deste tributo no Refis e, portanto, ele atinge o patamar que não se mantém na mesma proporção, apontando inclusive alguns, um indicador apontando que podemos também pensar em forma de recuperação da dívida ativa, que não é tão volumosa, mas bastante importante ter alguma atitude aqui que já nos alerta.

Aqui a receita industrial que cai, a receita industrial basicamente é a receita do Diário Oficial do Estado, e também alguma coisa do Tecpar, mas que não teve um crescimento significativo, ao contrário, uma queda em relação ao ano passado, mas nada significativo, porque não é uma porção importante do orçamento do Estado. Aqui, só um comparativo da evolução da Receita Corrente, temos aqui, comparando a Receita Corrente com a Despesa Corrente, mantivemos, vamos dizer assim, um nível de equilíbrio em relação ao que arrecadamos e ao que retornamos à sociedade, em termos de pagamento de servidores públicos, contratos de prestação de serviços, aquisição de merenda escolar, de remédios, enfim, todo o conjunto de despesas correntes, não é despesa de capital, não é investimento, são despesas correntes de contratos de diversas ordens, nós, vamos dizer, andamos em equilíbrio, conseguimos manter um equilíbrio em relação a esse, nesse período de 2012-2014, para não fugir da perspectiva do equilíbrio orçamentário em relação às despesas do Estado.

Receita do Fundeb. Só para termos uma evolução da receita, que são chamadas as perdas do Fundeb, vão exatamente na proporção de retorno que o Estado devolve aos Municípios, em função do número de matrículas que os Municípios têm nas escolas municipais, nas escolas públicas municipais. Então, temos essa proporção aqui, pegamos um quadro geral só para termos uma ideia, está em linha com o que já vinha acontecendo no passado, um outro momento de uma perda menor em função de não ter aprofundado ainda o processo de municipalização do ensino e, portanto, o Estado ainda retinha algum recurso a mais do Fundeb para a gestão das escolas estaduais, e na medida que vai ampliando a municipalização vai havendo uma perda maior, vamos chamar uma "perda" entre aspas, é uma saída de recursos que se dirige aos Municípios do Paraná.

Então, só para termos uma noção da evolução do Fundeb e o quanto essa perda exige que o Governo acaba trazendo mais recurso ao Tesouro da Fonte 100 para bancar a educação pública. Por isso que depois vamos ver o quanto o índice de educação se eleva em função também de um movimento dessas perdas que, repito, não é uma perda na medida em que fica no setor público, ele fica no sistema público de ensino, só que é dirigido aos Municípios do Paraná.

Aqui é a receita de capital, basicamente operações de crédito, aqui o ingresso 828, ingresso de 688 milhões só para chamar atenção aqui, já ingressado no Tesouro do Proinveste. Depois vamos ver em detalhe quais foram as operações de crédito que resultaram nesse montante de R\$828 milhões, e que dá esse crescimento extraordinário de 676%, dado que a base de janeiro a agosto de 2013 era muito baixa. Houve um baixo ingresso de recursos por operação de crédito, e retomamos as operações de crédito a ponto de termos dado esse salto aqui de 99 milhões para 828 milhões. Repito, só do Proinveste, 688 milhões, os outros 188 ingressaram no próximo quadrimestre. Aqui também tem o repasse do projeto do Banco Mundial, do BIRD, que já ingressou, na verdade, no final do 1º quadrimestre para o 2º quadrimestre, no começo foi o 2º quadrimestre o recurso dos projetos multisetoriais.

Estou vendo aqui os nossos colegas da Secretaria do Planejamento, e não posso deixar de fazer referência a eles, ao Tobias, aos nossos amigos, a Rosane e o Nestor Braganholo, que são lutadores na frente de trabalho no que diz respeito à capacitação de recursos dos projetos internacionais. Então, muito obrigado em nome de todos nós, o trabalho de vocês aqui realizado e aqui expresso, nesse montante bastante importante, porque isso lastreou muito dos investimentos. Vamos ver o quanto as despesas de capital vinculadas ao investimento cresceram de forma bastante significativa nesse período.

Aqui é alienação de bens, sempre um valor muito baixo. Aqui é sempre em função de, por exemplo, leilão de automóveis, de frota quando já em desuso pelo Estado, ele ingressa com o chamado alienação de bens. Amortização de empréstimos, quando há algum empréstimo que o Estado realizou no passado, a Copel fundamentalmente, o empréstimo realizado junto a Copel. As PPUs que estão aqui. E a transferência de capital. Essa é a transferência da União para recursos de investimento, não é recurso corrente, não é transferência corrente, é transferência de capital. Aqui temos também detalhes de quais são os projetos que estão vinculados a essas transferências de capital, mas tem muito vinculado à educação aqui na transferência de capital. E as outras receitas de capital que estão vinculadas à própria movimentação de aplicação financeira e outros ganhos financeiros que o Estado tem, na medida em que faz a aplicação financeira no Tesouro.

Mas, fundamentalmente, o que queria chamar a atenção é esse extraordinário crescimento que dá ao final para receita de capital, um crescimento de 185% real entre esse quadrimestre em relação a 2013. Aqui um quadro para dar uma especificação de como é a receita realizada no Estado. Vimos que a maior fatia desse gráfico está vinculado ao ICMS. Uma receita direta, fruto da contribuição de cada cidadão paranaense, na medida em que consome um produto, ele paga o tributo e as empresas recolhem ao Tesouro esse grande e importante tributo que é o ICMS que, na distribuição de todas as receitas do Estado, 45% é resultante desse tributo e, portanto, vinculado essencialmente ao nível de atividade

econômica, movimento da nossa economia. Então, para uma economia crescente é muito importante, que dizer, para uma economia, é muito importante que ela esteja em atividade, aquecida, para ter um resultado importante nessa receita e poder retornar à sociedade através dos serviços que o Estado realiza. Das transferências federais, todas aparecem aqui, o percentual de 10,71%. Quer dizer, o que é distribuído, fruto também do trabalho de cada paranaense e distribuído através do FPE, de transferências da União o montante de 10,71%, 90% é resultante da estrutura fazendária do Estado do Paraná, da estrutura tributária do Estado do Paraná.

Vamos ver o lado da despesa. Pessoal e encargos há essa evolução da despesa de pessoal e encargos O item importante das despesas gerais do Estado, onde aqui identificamos esse crescimento real de 0,9% e um crescimento nominal de 7,4%. É um dado bastante interessante, porque não houve um crescimento acima do absolutamente vinculado à legislação, ou seja, esse é tão somente um crescimento vegetativo. E aqui, 7,24% está contido 6,28% referente ao reajuste em aplicação em cumprimento à legislação estadual, onde impõe ao Estado o reajuste pela inflação aos servidores públicos do Estado do Paraná.

Então, não há um crescimento acima do que, efetivamente, o Estado deveria cumprir, o que aponta a manutenção disso, desse patamar, muito embora vá ter repercussão, como veremos mais adiante, no percentual que diz respeito a receita corrente líquida, o quanto ele extrapola em função da própria baixa evolução da receita nos dois últimos meses. Juros e encargos da dívida, aqui diminuem. E, basicamente, aqui, de quitação de muitas dívidas. Então, você tem um desenvolvimento, um pagamento de despesas - algumas já liquidadas - de despesas financeiras e dívidas contraídas pelo Estado ao longo dos últimos 20, 30 anos e que também tem efeito, aqui, do próprio câmbio. O câmbio não teve uma evolução muito grande, então em termos de real, pagando em real uma dívida em dólar, na medida em que valoriza o real em relação ao dólar, você tem uma redução do custo financeiro dessa dívida. Portanto, bastante administrável esse item despesas.

As outras despesas correntes, que vai das transferências aos Municípios, como vimos há pouco, não só através do Fundo de Participação dos Municípios, FPM, através da distribuição do ICMS para a cota/parte do ICMS para os Municípios, mas também as transferências decorrentes de convênios, teve essa evolução de 8,76%. Ou seja, houve uma distribuição importante de recursos do Estado para os Municípios do Paraná, dando esse crescimento de 2,45 acima da inflação. E outras despesas correntes, nesse ato de transferências, um crescimento significativo, cujo detalhe dessas outras transferências vamos ver adiante também, na discussão com as Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Aqui, a despesa de capital, o investimento cresce em uma proporção bastante importante, fruto fundamentalmente do ingresso de recursos por operação de créditos. É muito importante sabermos que a evolução do investimento está muito vinculada, isso é uma característica das estruturas públicas não só dos Estados, mas dos Municípios e também da União, ele é alavancado. O investimento se alavanca por financiamento interno ou externo. Podemos ver aqui: R\$1 bilhão 218 milhões, um crescimento nominal de 33% em relação ao mesmo período resultante, fundamentalmente, desse lastro que se tem nas operações de crédito. Não à toa, existe o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, uma Caixa Econômica, os bancos multilaterais como o Banco Mundial, Banco Interamericano, porque eles são a fonte fundamentais para lastrear investimento público, investimento de monta, em infraestrutura, ele vai buscar, efetivamente, Estados, Municípios e União, nas fontes externas ao Município e, no caso, aos Estados, como é o caso do BNDES, Caixa Econômica, Banco Mundial e outras instituições financeiras multilaterais.

As inversões. As inversões, fundamentalmente, inversão da Fomento Paraná. Vamos lembrar que do Proinveste ficou vinculado, além do financiamento de infraestrutura rodoviárias, de ações na área de segurança pública, ações também de repasse ou aporte de capital à Agência de Fomento, a Fomento Paraná, para lastrear o FDU vinculado aos programas municipais e também ao BRDE, que realizamos - não está aqui ainda porque ele foi realizado no dia 9 de setembro, vai constar do próximo quadrimestre - mas houve o repasse importante na capitalização do BRDE no Estado do Paraná, R\$200 milhões, fruto do recurso que o Estado tomou emprestado do BNDES, que é o programa Proinveste. Então, fizemos já a devida capitalização e o Estado do Paraná está, absolutamente equilibrado com os outros Estados do Sul, os nossos coirmãos, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, já equilibrado no Proinveste já realizado, agora, que não consta daqui, R\$200 milhões realizados no dia 9 de setembro.

A amortização da dívida aqui, já identificado lá adiante os juros, aqui amortização, mesmo. Na despesa corrente aparecem os juros e aqui aparece amortização, o que efetivamente o Estado pagou de dívida, e, portanto, baixou o valor de face da dívida que foi nessa proporção de R\$539 milhões pagos, efetivamente, para abater a dívida. Diminuiu a dívida contratada que o Estado tem com outras instituições financeiras. Aqui, os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e as vinculações legais.

Vamos item a item, aqui as despesas com pessoal. Temos 56% do total consolidado do Estado, o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, inspirado lá atrás na Lei Camata, identifica-se 60% despesas, estamos aplicando a despesa realizada abaixo do limite legal, como estamos abaixo também do limite legal do Poder Executivo, no entanto acima do limite prudencial. E aí é uma combinação de dois fatores, porque o Estado, no 1º quadrimestre, se apresentava abaixo do limite prudencial e neste quadrimestre atinge esse percentual de 4,10%, não ultrapassa o limite legal, está dentro do limite legal, mas ultrapassa o limite prudencial. Aí exige absoluta atenção nossa, da Fazenda, de todo o Estado e de todos, no sentido de manter e reduzir essa participação. Por que isso acontece? Como disse, é a combinação de dois fatores. Você tem a aplicação do quadrimestre cheio, a partir de maio aplica-se o percentual de 6,28%, e maio, junho, julho e agosto são os quatro meses cheios em termos de aplicação do valor da folha de pagamento, e não tem uma resposta muito efetiva na arrecadação de ICMS. Em especial julho e agosto há uma desaceleração, ela cresce, mas cresce num valor, num percentual mais baixo do que o crescimento da folha, então há uma desaceleração. Então, obviamente, na combinação desses dois fatores, ocorre o atingimento desse patamar de 48,10%. A perspectiva agora, efetivamente, é ter uma recuperação da receita em setembro. Já temos identificado, como disse, para acomodar, vamos dizer assim, essa despesa nesse percentual, mas impõe ao Estado absoluta atenção no sentido de não ultrapassar esse limite legal. Mas, repito, essa evolução da folha de pagamento se dá fundamentalmente pela movimentação da aplicação de 6,28% e também ganhos efetivamente definidos e apresentados ao Magistério Público e também aos funcionários servidores da educação, mas fundamentalmente os professores, no sentido da promoção havida nesse período e também da ampliação da hora/atividade. Os senhores acompanharam todo processo de negociação do Estado com os nossos professores, professores colegas servidores públicos do

Estado do Paraná. Também sou servidor e está aqui o Professor Lemos, também professor, que acompanhou esse processo e isso interferiu fundamentalmente nesse patamar também. Mas, estamos trabalhando para reequilibrar, em função do crescimento da receita, fruto, esperamos, de um nível de aquecimento econômico no nosso Brasil e com reflexos importantes no Paraná.

Então, exige atenção esse índice, repito, não ultrapassamos o limite legal, mas absoluta atenção. Só para lembrar, do salário da educação, corresponde a 45%, um pouquinho mais, 46%, do ensino básico tão somente no total da folha do Estado. Então, qualquer movimento que você realiza nesse conjunto dos servidores públicos, dos professores, tem um reflexo muito forte no montante da folha geral, do montante de gastos com pessoal, como é nos termos definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ali, até lembrando os Srs. Deputados, o Poder Legislativo está bem acomodado, bem colocado no percentual de despesas com pessoal, fruto do trabalho desta Casa e do Poder Judiciário também. Então, dá essa condição de comportar, de comportar todos os gastos de pessoal no que diz respeito ao limite prudencial geral do Estado do Paraná.

Aqui, as despesas com educação, os gastos. Quando falamos despesas é investimento, sabemos disso, mas é como se chama na nomenclatura orçamentária, despesas, os valores aplicados em educação, atingimos um percentual muito expressivo, muito expressivo mesmo, 35,3%, 35,3%. No Estado do Paraná a aplicação mínima em ensino básico é 25%, mais 5% no ensino superior, o valor mínimo a ser aplicado é 30%, nós atingimos um patamar bastante elevado. E cada ampliação tem uma retenção, uma contenção de despesas em outras áreas, mas aqui é a definição da prioridade em educação quando se tem 35,3%, e o tamanho mesmo orçamentário desse segmento importante de 35% e, portanto, um crescimento, evolução nominal do ponto de vista do ano passado, do valor aplicado em 15, 38%. Cresce bastante, bastante importante os valores aplicados em educação no Estado do Paraná.

Saúde. Saúde era o nosso desafio. Esse é o nosso desafio e o desafio colocado para todos nós do Estado e em especial da Secretaria da Fazenda, porque a Secretaria da Fazenda hoje detém também a Coordenação de Orçamento e Programação, COP - que no passado recente foi dirigida pelo nosso Deputado Enio Verri - e que hoje está na Fazenda, você sabe da dificuldade para recompor um orçamento para atingimento de um percentual que estava em defasagem. E tenho que destacar o trabalho excepcional da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sem querer fazer nenhum tipo de referência em vão, mas efetivamente o reconhecimento do Estado, a Assembleia que reconheceu, que identificou a necessidade da complementação orçamentária para a saúde e aprovou nesta Casa um projeto de lei encaminhado do Executivo ao Legislativo, de um acréscimo de orçamento, um crédito especial para a saúde, no valor de R\$900 milhões. Com essa ampliação do orçamento, saltamos do índice daquele mesmo período de 2013 de 10,79 para 13,43. Esse era o nosso desafio. O desafio de complementar e ainda avançar um pouquinho mais na área de saúde do que os 12% definido pela Constituição Federal, pela Emenda Constitucional 29 e pela Lei Complementar 141. Conseguimos um crescimento bastante significativo, um crescimento de 65% na evolução nominal do ano passado para esse ano, conseguimos avançar e chegar a 13,43 que, conforme a Lei Complementar 141 define também Estados, Municípios e mesmo a União pode complementar, está facultado a complementar o recurso financeiro e orçamentário no percentual devido no exercício seguinte. Realizamos, e obviamente ainda há o que realizar para concluir o ano, mas sabendo que temos aí uma batalha vencida com apoio extraordinário de toda o conjunto da sociedade do Paraná, em particular também da compreensão dos Srs. Deputados, Presidente e todos os Deputados, daquele crédito especial e que resultou nesse incremento na aplicação da saúde. E o Paraná está absolutamente cumprindo o dever em relação à saúde também. Aqui, efetivamente, a evolução, a demonstração da evolução, a partir de março - principalmente março e maio - é o primeiro salto que se dá em função já de ter o crédito aberto de R\$900 milhões, e chegamos a patamares de 20% no mês de julho de despesas vinculadas à saúde para poder dar, efetivamente, o devido equilíbrio e a devida proporção legal no que diz à lei, no gasto com saúde. Então, atingimos esse patamar de 13,43% de despesas com a saúde.

Aqui, um quadro geral das vinculações constitucionais, como também define as exigências da lei de responsabilidade fiscal, nós temos aqui os percentuais sempre acima desses dois itens, ensino e saúde, como apresentamos os poderes acima, mas na medida em que se realiza o orçamento, ele vai se adequar, porque ele sempre está vinculado à receita recebida do Estado. Então, ao final fecha em 18,60. O Poder Legislativo aqui terá, tem ainda até o final para realizar os seus 5% da parte de orçamento do Estado para o Poder Legislativo, o Ministério Público, também.

Ciência e Tecnologia, ainda que tenhamos uma evolução bastante significativa em relação ao mesmo período do ano passado, como vimos no quadro... Analisamos na Secretaria da Fazenda, ainda resta uma evolução nessa participação para atingirmos os 2%. Historicamente o Estado sempre teve muita dificuldade mesmo de realizar os 2% de Ciência e Tecnologia porque parte da produção de Ciência e Tecnologia é realizada pelas nossas universidades, que não compõem esse quadro, só identifica como Despesa de Ensino e não são vinculadas às despesas de Ciência e Tecnologia. Então, estamos recompondo o orçamento para também chegarmos a essa vinculação do esforço importante que as universidades estaduais fazem na produção de Ciência e Tecnologia de Inovação. É uma meta que temos a trabalhar de forma bastante importante.

Os precatórios em 2%. Atingimos 1,74% por que todos os senhores acompanharam um trabalho importante que o Executivo realizou junto ao Poder Judiciário, no sentido de conter uma parcela para poder prover a aceleração, vamos dizer assim, do pagamento dos precatórios do Tribunal de Justiça aos credores de precatórios que hoje há um montante de R\$1 bilhão. Mas que o Tribunal de Justiça já vem realizando o pagamento para as Varas da Fazenda e isso vai retornar à sociedade através do pagamento dos precatórios. O Pasep, na mesma proporção, por que ele é retirado já, por isso ele compõe a Receita Líquida, porque ele é retirado na base, o Estado arrecadou, já vai recurso para o Pasep, para a União. A dívida, num patamar bastante acomodado, estamos pagando a dívida numa condição bastante importante, abaixo do que é previsto na Legislação, e o pessoal nesse patamar, abaixo também, mas sabendo que no Poder Executivo temos aquele alerta nosso no sentido de nos comportar no limite prudencial.

Aqui, sobre a capacidade de endividamento e pagamento do Estado, quem define isso é uma resolução do Senado, além da Lei de Responsabilidade Fiscal. Aliás, duas resoluções. E essa é a situação do Estado. O Estado tem condições de contratar operação de crédito até R\$4 bilhões 315, fruto do tamanho da sua receita corrente líquida e, contratou tão somente R\$2 bilhões 390. Teria a condição ainda, a um saldo a contratar de R\$1 bilhão 925, que ainda que a lei faculte o Estado não realizou, exatamente porque, já está com os programas bem definidos em relação aos financiamentos internos também. Qualquer tipo

de contratação de operação de crédito, o limite de gastos com o serviço da dívida pública, ou seja, pagamento de juros, está num patamar bastante confortável, vamos dizer assim. Nesse período realizado R\$1 bilhão 497, temos de limite R\$3 bilhões, conforme estabelecem as Resoluções do Senado, para todos os Estados e Municípios. O limite legal de saldo devedor, aqui difere o que é para o Estado, o que é para o Município. Para o Município é até 120%, para o Estado é até 200%. Nós podemos ter um saldo devedor de R\$53 bilhões e temos a metade, menos da metade disso, R\$21 bilhões como saldo devedor, portanto, bastante abaixo do limite máximo estabelecido por essas resoluções.

Concessão de garantia, também caso o Estado queira dar garantia a alguma operação de crédito para um ente vinculado ao Estado, por exemplo, uma estatal. Ele tem essa condição e R\$5 bilhões 934, mas tem tão somente R\$355 milhões. E, daí sim, a Copel, uma operação que a Copel realizou em 93, tinha operação de crédito, onde o Estado deu a garantia que está nesse montante. Na medida em que se liquide essa dívida, essa garantia se desfaz e retoma-se o patamar zero, que é a única garantia que o Estado tem. Com a Antecipação da Receita Orçamentária, chamada ARO, não há nenhuma operação realizada pelo Estado, então tem todo esse limite de R\$1 bilhão 888 para realizar, mas não há nenhuma perspectiva para isso. A dívida consolidada líquida, aqui está o quadro geral, os senhores já receberam todos os quadros, mas só para identificá-los, a Dívida Consolidada do Estado é de R\$21 bilhões e 272, considerando que há um ativo disponível, ou seja, recurso em caixa de R\$3 bilhões e 960, no dia 31 de agosto. Isso é deduzido, com mais os haveres financeiros... (sem som) ...feitas que vieram para o Estado, temos uma dívida consolidada líquida de R\$15 bilhões, quando na verdade poderia ter o Estado até R\$53 bilhões. Então, muito abaixo do que a própria legislação define como passível de o Estado do Paraná buscar um endividamento para a realização de projetos de investimentos, por exemplo.

Uma análise da dívida, só para conhecermos o perfil da dívida do Estado do Paraná, a dívida interna: R\$14 bilhões. Houve uma evolução de 14,29. Fundamentalmente por ingresso dessas outras dívidas que vamos ver adiante o quanto ela cresce em função das operações de crédito realizadas. Mas, como esses R\$21 bilhões, como vimos, estão bem abaixo da capacidade de endividamento do Estado, a dívida externa tem uma queda em função da amortização, do pagamento, não só de juros e comissões, mas também de amortização. Os precatórios permanecem em linha, o crescimento é um crescimento vegetativo, assim, não há grandes proporções de aumento. E esse então é o quadro geral da estrutura da dívida consolidada.

Aqui, só um quadro geral da dívida que temos, dívida externa. O maior é da Lei 9.496, aquela operação que muitos Estados e Municípios realizaram, de refinanciamento das suas dívidas, e também aqui vinculado ao processo de privatização do Banestado, essa dívida tem esse vínculo, que é a maior parcela da dívida, mas que o Estado vem pagando de forma absolutamente regular, como todas as outras dívidas.

Aqui, um quadro geral da dívida, para todos conhecerem, da dívida externa, o que é do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o que é do Banco Mundial, o BIRD, o que é do Banco Japonês, dívidas aqui vinculadas à áreas de saneamento na década de 90. Enfim, todas as dívidas aqui descritas para o conhecimento de todos os senhores, senhoras e da população em geral. Aqui, uma evolução do saldo devedor da dívida, em termos, a preços constantes. Na verdade, como se trata de um período longo, fizemos a deflação, ou melhor dizendo, a correção monetária desses valores, em função da inflação tomada, então há uma redução bastante importante do saldo devedor da dívida pública, ou seja, uma amortização e essa elevação em função das últimas operações de créditos realizadas e ingressadas nesse período no Governo do Estado do Paraná. Aqui, é o serviço da dívida, o que pagam de juros da dívida, e aqui o quadro das operações de crédito que encontra o Paraná, neste momento. O Proinveste, uma operação de crédito de R\$816 milhões 800 mil, em execução. Já ingressaram R\$688 milhões desse montante. Multissetorial, o BIRD, R\$656 milhões, já ingressado em torno de R\$140 milhões, com uma perspectiva de mais R\$140 milhões, mais ou menos, nesse patamar, para esse próximo quadrimestre. Mas, essa operação é a que está cadastrada.

O PAC da Mobilidade. Basicamente é o PAC da Copa, aqui, vinculado à obras de infraestruturas na região metropolitana de Curitiba. ProCopa Arenas. Esse montante aqui, via BNDES. Profisco, programa importante e assinado recentemente pelo Governador do Estado, Beto Richa, o Profisco, um programa nacional de apoio às estruturas técnicas vinculadas à Receita Estadual, portanto, à Secretaria da Fazenda. O Programa Família Paranaense, um programa também financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, importante programa dirigido à área social, à área de ação social do Estado. O Programa Paraná Seguro já está autorizado, só aguardando a definição do prazo para a assinatura, com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e do BID, um montante de R\$137 milhões. O PROSFM em negociação com o BID ainda, está sendo trabalhado junto à equipe da Secretaria do Planejamento, sob a coordenação da Rosane, que aqui está, infraestrutura rodoviária também; o BID, importante programa porque ao longo da história recente - e quando digo história recente, da década de 80 até hoje - no DER, tem-se o lastreamento - e aqui está o Antônio Celso, que é engenheiro do DER e sabe disso - com recursos do BID, para o financiamento de obras de infraestrutura rodoviária. Então, por isso é que tem o BID I, BID II, BID III, BID IV, BID V e já está no BID VI. Talvez este seja o BID VII para o financiamento.

Então, este é o quadro das operações de crédito, que está, vamos dizer assim, em execução. Outros a serem assinados e outros, ainda, em fase de negociação com o BID e futuramente para o Estado do Paraná estará à disposição, para financiamento e investimento nestas áreas. Muito obrigado pela atenção e fico à disposição, Sr. Presidente, dos Srs. Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Obrigado ao Secretário Sebastiani. Só pedir ao pessoal para retornar a luz. Obrigado. Agora, vamos aos apartes dos Deputados. Temos diversos Deputados que se inscreveram. Nos apartes, vamos fazer assim, prezado Secretário: o Deputado terá cinco minutos para fazer seu questionamento; depois, o Secretário tem cinco minutos para responder; e depois, tem a réplica e tréplica de três minutos. Vamos trabalhar dentro deste tempo. Pediria a compreensão de todos, para que possamos fazer dentro deste prazo. Primeiro Deputado inscrito, Deputado Elton Welter. V. Exa., Deputado, tem cinco minutos para seus questionamentos.

DEPUTADO ELTON WELTER (PT): Presidente, podemos fazer quantas perguntas?

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): O senhor tem cinco minutos. As perguntas dependem do senhor.

DEPUTADO ELTON WELTER (PT): Perfeito. Obrigado. Agradecer ao Secretário Sebastiani pela presença. Querida questionar sobre... Votamos, aqui, a lei dos R\$900 milhões para a saúde. Foi unânime a votação. E queria que V.

Exa. respondesse onde foi cortado, de quais fontes, e se pudesse remeter a esta Casa da onde foi cortado este recurso, porque no ato da votação, questionamos, a nossa Bancada, o Deputado Tadeu, todos questionaram isso, e não tínhamos isso e dizia que ia ser publicado por decreto. Então, eu precisava desta informação, de preferência logo, se possível, se foi publicado e não tomamos conhecimento. Outra pergunta que queria fazer, Secretário: na última Audiência V. Exa. afirmou que o 13º está sendo providenciado e depositado. V. Exa. confirma isso? Não está havendo atraso? E também, caso esteja sendo depositado, gostaríamos que V. Exa. também enviase a esta Casa, para os gabinetes dos Deputados, extrato da conta corrente com os depósitos destas provisões. E a outra pergunta: V. Exa. também comentou na última Audiência, sobre a dívida de 1,1 bilhão com fornecedores, em 2013. E restaram, segundo V. Exa, 340 milhões. Como está a posição, hoje, desta dívida? O governo usou recursos do orçamento de 2014? É isso? É uma pergunta. Como fará para fechar as contas, se usou parte dos recursos de 2014? Há atrasos com fornecedores e contratos em 2014? Se sim, de quantos meses e qual o montante? Também solicito o envio da relação de fornecedores e valores que foram pagos com esta dívida e a relação de fornecedores e valores que estão com pagamentos atrasados em 2014. Seria isso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): O Secretário tem cinco minutos para responder.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Obrigado, Deputado Elton Welter, pelas questões. De fato, sua intervenção me remete, também, às intervenções realizadas por V. Exa. na última reunião. E o quadro bastante importante que se apresenta nesse período ou daquele período que apresentamos. Em relação ao que foi votado por esta Casa, foi um crédito especial bastante importante e absolutamente dentro das condições legais no que diz respeito à Lei nº 4.320 e quem tem conhecimento dessa área sabe que efetivamente cumpriu-se - e não poderia ser de outra forma - porque o orçamento não se realiza se não houver, efetivamente, a proporção de um crédito aberto, o cancelamento de outro, a não ser que venha por fonte outra, de fonte externa, e não veio. Ele é fruto da alteração orçamentária que, de forma muito importante, a Assembleia abriu essa condição e realizamos e há todos os decretos, há toda a alteração orçamentária, que soma, somados os R\$900 milhões, os decretos respectivos de cancelamento. Não se produz uma receita orçamentária ou, melhor dizendo, uma despesa orçamentária ou por uma receita nova, a partir de uma fonte de financiamento, ou por um cancelamento dessa fonte. Então, apresentaremos, até porque não os tenho aqui de cabeça, mas posso dizer que 70% - e hoje até foi matéria apresentada na imprensa - cerca de 60% dos 900 milhões, foi realizado a partir da contenção ou do cancelamento de despesas vinculadas à própria Secretaria da Fazenda, à Secretaria de Administração, Secretaria do Planejamento, no sentido de não...

DEPUTADO ELTON WELTER (PT): Quais despesas, Secretário?

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Despesas vinculadas aos 900 milhões, fruto da sua pergunta.

DEPUTADO ELTON WELTER (PT): Sim.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Quais despesas? As despesas passíveis de serem alteradas para serem provisionadas na área de saúde, sem nenhum, obviamente, reflexo. Não se cancela despesa que tenha sido empenhada, por exemplo, tampouco cancela alguma coisa que tenha sido liquidada. Então, foram todas elas absolutamente dentro das condições legais e dentro daquilo que efetivamente o Estado não realizaria para, sim, realizar a devida despesa na área de saúde.

Mas apresentaremos, como foi apresentado inclusive no projeto de lei trazido e votado, como o senhor bem lembrou, por unanimidade por esta Casa, todas as condições referentes a dar abrigo à votação da Assembleia e à própria posição do Executivo de abrir o crédito especial de R\$900 milhões.

Em relação à provisão do 13º, estamos realizando, eu diria assim, com muito esforço, com muito esforço mesmo, a provisão nesse período, exatamente para dar o devido equilíbrio à provisão do 13º e também pagamentos de fornecedores, um todo, um conjunto de despesas que tem o Estado na área de infraestrutura, na área de educação, saúde, enfim, há sempre uma gestão financeira, gestão de caixa muito delicada, e ao mesmo tempo muito firme, no sentido de fazer aquela devida provisão, mas sem esquecer efetivamente de levar esse recurso ao pagamento de fornecedores, o que já me remete à terceira pergunta.

Em relação a esta segunda, da provisão, a conta corrente é a conta do Tesouro, que está absolutamente aberta. Ela é contabilizada, a provisão é feita orçamentariamente também; temos a provisão orçamentária.

Outro aspecto que eu gostaria de salientar, quando há, por exemplo, esse montante de salário, de despesa de pessoal e encargos, há ali a provisão, já há ali a provisão, por isso também o atingimento desse percentual, fazemos provisão orçamentária também - a Marlene aqui assente esta questão - está ali até o quadro das provisões orçamentárias, por isso este montante. Então, a gestão financeira que realizamos do Estado é de forma muito prudente, muito firme e diária, e não fazemos a provisão acima do necessário para não, efetivamente, retirar a possibilidade de pagamento do Estado.

Então, não tinha dívida, e a preocupação maior é nossa, na gestão financeira, de realizar a provisão, devida provisão aos salários e... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Para V. Exa. concluir. **SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI:** É fundamentalmente o pagamento também dos fornecedores em termos gerais, fornecedores em termos gerais do Estado - digo em termos gerais, vai desde o medicamento às ações na área de saúde, na área de segurança pública - é um esforço muito grande. Aliás, é um esforço muito grande que hoje o setor público brasileiro está passando, fruto, fundamentalmente, neste período da desaceleração econômica também.

Tivemos um período muito difícil, hoje assistimos na imprensa local que não só o Estado, as estruturas estatais, as estruturas municipais, Capitais, a nossa Capital também com muita dificuldade, porque efetivamente é um quadro financeiro de extrema dificuldade que o país vive, e a própria União tem esse quadro. Então, o apoio de todo o conjunto de servidores públicos, que inclui também esta Casa, tem que ser muito grande para... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Pode concluir, daí tem a réplica.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Esse desafio do setor público.

Em relação à dívida, Deputado, de fato era uma dívida de R\$1 bilhão e 100 milhões, em torno disso, no findado primeiro quadrimestre. Fizemos um processo bastante importante de pagamentos dessa chamada dívida flutuante, que são os restos a pagar, não é dívida consolidada, dívida flutuante, restos a pagar, e hoje estabelecemos um patamar de R\$300 milhões. Que dívida é essa sendo aquela que está em processo ainda de conclusão? Por exemplo, tem uma parte

fundamental dessas dívidas, dívidas realizadas em obras de infraestrutura, que ela tem um processo de medição, de liquidação e o pagamento, e obviamente que a liquidação está muito vinculada também à capacidade de pagamento que o Estado tem para realizar. Então, na medida em que há uma condição financeira para o pagamento daquela medição, vem a liquidação, depois da medição vem a liquidação e o devido pagamento. Então, uma redução bastante significativa; esse era outro desafio nosso na Secretaria de Estado da Fazenda quando iniciamos em março, que era reduzir essa dívida, e conseguimos, com muito esforço, reduzir a esse patamar de 1 bilhão para R\$300 milhões.

Eu diria que o trabalho continua. Esse trabalho continua, porque você tem a dívida de restos a pagar, que, aliás, é uma norma da contabilidade pública, e também tem a dívida de curto prazo que você tem, o dia a dia que você tem que fazer pagamento, fora os compromissos de pagamento da dívida contratada e também, enfim, com toda a estrutura do Estado e dos Poderes que o Estado realiza.

Se houve uso do recurso de 2014? Dos R\$900 milhões, sim, tivemos que fazer, desenhamos o orçamento, redesenhamos com o apoio desta Casa o orçamento, dando primazia para a saúde. Então, de fato houve o cancelamento de determinados recursos para dar primazia. Não podíamos realizar isto sem haver o cancelamento.

Se houve uso de recurso em relação ao orçamento deste ano, houve também. Há também sempre a condição de abertura de processo de despesas de exercícios anteriores, devidamente reconhecida, devidamente embasada, legalmente, e há também o uso de recursos, mas nada significativo a ponto de dificultar mais do que sempre é difícil a execução de um orçamento.

Atraso... O senhor perguntou, não é, Deputado, sobre atraso de pagamentos. Eu diria que em termos de obra de infraestrutura, no geral não há atraso, no geral está no cronograma... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Agora vou passar a palavra ao Deputado novamente.

DEPUTADO ELTON WELTER (PT): Quería, só para complementar, que o Secretário enviase para esta Casa tudo o que ele está afirmando acerca dos relatórios de depósito do 13º, os extratos das contas a que V. Exa. se refere. É importante o Poder Legislativo ter em mãos isto. Acredito que V. Exa. terá o maior prazer em informar esta Casa o quanto antes, se possível até a próxima Sessão. É uma preocupação muito grande, até porque o Estado estimou, no exercício de 2013, um resultado primário, um superávit de 2,3 bilhões, e o Tribunal de Contas apurou um déficit de 744 milhões. Esta conta parece que não fecha. Sou leigo no assunto, é uma matemática que parece que é de "faz de conta", na minha impressão. Eu não entendo! Confesso que não compreendo, tenho dificuldade de compreender, porque se estima uma coisa e o órgão fiscalizador de controle afirma outra.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Desculpe, Deputado. O senhor pode ser mais claro em relação a esse ponto?

DEPUTADO ELTON WELTER (PT): Na estimativa do relatório fiscal de 2013 o Governo divulgou um superávit primário de 2,3 bilhões, inclusive foi falado na última Audiência Pública que comentou sobre esse resultado. Mas o que o TCE confirmou foi um déficit de 744 milhões.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Deputado, é importantíssimo que se esclareça. O senhor fala em matemática, mas vamos falar sobre legislação. O resultado primário é outro conceito - o Deputado Enio Verri conhece, não Deputado - é outro conceito, que não tem nada a ver com déficit, Deputado, mas eu tenho, estou aqui, é minha obrigação como gestor público informar ao senhor, especificamente. O resultado primário é o resultado das despesas totais no Estado contra as receitas totais para o Estado, retirando o ganho financeiro que se tem, não é, Deputado, de uma despesa financeira, aí se obtém o resultado primário. Então, você pode ter o resultado primário e ter outro tipo de déficit. Esse déficit que foi colocado é o déficit orçamentário, que não tem - desculpe, temos essa liberdade, Deputado, de colocar claramente - são dois conceitos absolutamente distintos, sabe, absolutamente distintos mesmo, mas tenho toda a condição de estar com o senhor quando o senhor precisar, e aqui mesmo colocar que são conceitos bem distintos.

Em relação ao déficit orçamentário mesmo, apontado pelo Tribunal, já há uma - está aqui o João Otávio, que já faz assim com o resto, porque já fizemos a devida observação ao Tribunal de Contas, não é, João Otávio - já fizemos, e não há esse déficit financeiro apontado no primeiro relatório; na verdade foi só um equívoco mesmo, sem nenhum problema. Isso é comum, o senhor sabe disso, em relação ao conceito do orçamento, até porque nem tinha como ter déficit orçamentário, como se realizássemos uma despesa sem um orçamento. Mas já foi realizado.

Agora, o resultado primário é isso, é um conceito, aliás, conceito construído pela Secretaria do Tesouro Nacional, é uma inspiração inclusive nos conceitos do Banco Mundial, que apura efetivamente a capacidade que o Estado tem de realizar com receitas próprias a sua despesa na estrutura, vamos dizer assim, produtiva do Estado. Acho que é o conceito que mais se aproxima, ou seja, não é a estrutura financeira.

Então, é esse o quadro, Deputado Elton Welter. Com todo respeito, mas o senhor fique tranquilo, que não há nenhuma discordância, porque são conceitos distintos.

Em relação às informações que o senhor solicita, traremos aqui com a maior atenção. Somos servidores públicos e traremos isso com a maior atenção. E me vem aqui uma informação importante, que só para lembrar, há já 600 milhões de empenho de provisão do 13º, está dentro da despesa de pessoal. Então, daquelas despesas de pessoal, que monta 4, 5 bilhões, um pouquinho mais, já consta 600 milhões de empenho em provisão. Então, até do ponto de vista orçamentário já há provisão para o 13º, porque para nós é fundamental, Deputado, esse equilíbrio orçamentário também.

Muito obrigado pela sua questão. Estou sempre às ordens, Deputado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Deputado Enio Verri. **DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** Sr. Presidente, quero agradecer a Clac [sic] aqui presente, cumprimentar os meus colegas da Secretaria de Planejamento.

Secretário, vou tentar fazer um teste geral em alguns pontos. Primeiro, diferente da sua última visita, nota-se uma grande evolução da entrada de recursos financeiros federais, o aumento do fundo de participação do Estado de 9,8 - vou falar em termos nominais o tempo todo - 9,8, a CIDE, que a última parcela foi citada no valor substancial também que estava atrasada, e o IPI e demais transferências da União com aumento, então. As demais transferências da União, tomo cuidado de falar, porque 100% de um é dois, quer dizer, é um só, então cuidado com os números, mas em todo caso são números, e você vai encontrar na folha 8 do relatório, que mostra uma participação do Governo Federal em crescimento, mostrando que as políticas econômicas federais foram bem sucedidas no enfrentamento da crise de 2008. Ao mesmo tempo, voltando à folha

5, a variação da receita total deu 11.9. Então deu uma média histórica. O Paraná cresce 12%, essa é a história.

O que novamente vou colocar em pauta, então, primeiro: a participação do Governo Federal ampliou, mostrando que sua política econômica foi bem sucedida no enfrentamento da crise internacional, mostrando os resultados aqui; um. Dois, o crescimento nominal da receita 12% é um pouco o nosso histórico, um pouco mais, pelo menos 12%. O que me chama a atenção novamente, gostaria que não fizessemos o debate de conceitos, mas de respostas concretas, de novo o aumento do ADC. Todos sabemos que o aumento do ADC implica em redução de investimentos. As outras despesas correntes, para quem não é da área, cresceu 13,28 na folha 15. Então, temos uma receita que cresce 12 e uma despesa corrente, que normalmente não é fruto de algo mais produtivo dentro do conceito dado de choque de gestão, que o Governo de V. Exa. dá - e eu conheço esse conceito mais acadêmico do que a gestão - de 13.28. Primeiro ponto: aí mostra um GP a ser analisado. Segundo: na folha 18 - essa relação de 48.10 do limite da folha dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal. O legal é 49, o prudencial é 46.55. V. Exa. mostrou 48.10; 48.10 num período que houve um aumento da receita.

Não me parece, se pegarmos os meses que virão agora, temos um período ruizinho agora - sendo elegante - ruizinho de receita, essa receita vai mostrar crescimento novamente, pelo histórico do Estado do Paraná, em novembro, dezembro. Então, corre-se o risco, se baixa a receita, óbvio, é uma relação percentual, são valores que não são dados nominalmente, mas percentualmente, colocando em risco de no decorrer do ano, ultrapassar o limite da lei aqui.

Folha 22, uma coisa que me chama a atenção, foi repassado, é o que chamamos de outros Poderes, o Ministério Público, o Legislativo e o Judiciário, um pequeno percentual acima do legal. Foi colocado aqui pelo relatório de V. Exas. Setores que têm peso de pressão, Ministério Público, Legislativo e Judiciário. Tem peso de pressão, foi passado acima do legal. Por outro lado, setores que são, que julgo, em minha opinião, extremamente importantes como pagamento de precatórios, ciência e tecnologia, não foi passado nem o mínimo. Essa não é uma contradição num processo de gestão onde setores que precisam, de fato, do recurso, não recebem, e setores que se dizem tão poderosos, pelo menos para cobrar da sociedade, recebem mais do que o limite legal. Essa contradição também não é o segundo GP a ser analisado?

Por fim, o último, já que foi dito aqui sobre pagamento de fornecedores e 13º, que V. Exa. respondeu, por fim eu digo o seguinte: houve uma diferença, no ano passado, de investimento de saúde, não foram atingidos 10 pontos percentuais de 12 necessários. Faltou um valor nominal em milhões, ou 2% da receita. O compromisso do Governo é colocar mais 2% da receita corrente líquida para a saúde, que não foi atingida, ou serão os valores absolutos do ano passado que não foram pagos e serão pagos agora? Que é uma diferença significativa. Porque se a receita cresce 12 pontos percentuais, deveriam ser repassados mais recursos. Como é isso? Dentro do meu tempo. Ainda sobraram 16 segundos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Secretário com a palavra.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Pois não.

A respeito das transferências da União, todas são frutos de concessão. Das transferências involuntárias, o senhor sabe disso, as condicionais, a FPE, a CIDE e IPI estão em linha com o crescimento dessas receitas. O FPE, na verdade, teve uma base muito baixa no exercício, no anterior, porque ele estava sendo diminuído, o senhor sabe disso, em função da própria política de incentivo fiscal; foi dada ao setor automobilístico, linha branca, onde reduziu extremamente o IPI, e isso afeta diretamente a evolução do FPE. Quando eles se recompoem, você retira esse incentivo, você tem uma fatia maior para distribuir FPE, por isso que o FPE apresenta essa evolução, mas de real, em termos de 3,5%, está certo? Três e meio por cento seria o nível de atividade econômica, mas o nível de atividade até menor, porque sabe o quanto a atividade econômica nesse período, em especial nos três últimos meses, caiu. Então, tem essa situação, é bastante identificada, houve um processo de retomada de crescimento.

O senhor, Deputado Enio Verri, amigo e Deputado, falou a respeito da crise internacional. O que estamos vivendo não está relacionado com a crise internacional. A crise internacional, aquela profunda, ficou no final de 2012, começo de 2013. Essa é a crise nossa, crise doméstica, crise brasileira, que tem tido reflexo nas receitas públicas em termos gerais. Estados, Municípios têm tido um impacto muito forte nesse momento de desaceleração econômica, e não torcemos para isso. Ao contrário, queremos retomar a atividade econômica, porque é muito importante para o setor público. Então, não há nenhum ganho extraordinário nesse período.

Em relação a transferências, ela está em linha com o que vem ocorrendo, as transferências voluntárias, aquelas que dependem da vontade da União, da vontade, nesse caso, da União para com os Estados, ou da União para com os Municípios, e vem em linha com o que vem ocorrendo no passado. Não há assim uma grande proporção de transferências que não aquelas decorrentes de projetos, que também o Estado apresenta, e é contemplado com transferências de convênios. Mas, no entanto, de convênio mesmo, não é todo o montante; é tão somente a metade. A outra metade dá auxílio aos Estados exportadores, definido em lei. Então, a transferência da União ocorre por essa legislação, e por quê? Porque o Estado é um Estado exportador. Quase R\$80 milhões são referentes ao esforço dos exportadores brasileiros e, portanto, vem a transferência da União nessa proporção.

A transferência de convênios, foram convênios importantes na área da Justiça, transferências na área da educação, que são de um programa vasto que sempre o Governo Federal tem em relação aos Estados e Municípios. Não vejo alguma coisa que salte aos olhos essa proporção, aquilo que cabe ao Estado. Tanto que aquele percentual que vimos lá é de tão somente 10.71% de apoio da União ou de retorno à União ao que o Estado contribui com o nosso, na nossa União, no nosso Brasil, mas acho que está ali colocado, acho que não estou aqui fazendo nenhum tipo de menção ao fato de ser maior ou menor. É aquela proporção. Só não vamos nem subdimensionar, nem superdimensionar, o meu pensamento.

Em relação às outras despesas correntes é importante que se diga, as outras despesas correntes, o que tem em outras despesas correntes? Merenda escolar, transporte escolar, só para citar, remédio. Então, não é o fato de não ter conceitualmente a palavra "investimento" que é uma despesa ruim. Outras despesas correntes é muito importante, e tem, de fato, uma proporção muito grande, muito expressiva de todas as despesas, têm-se numa porção bastante importante. A própria vinculação da contribuição previdenciária, entre outras despesas correntes, não é um gasto ruim. Às vezes costumamos identificar: - "Poxa, não investi!" Mas o fato de investir em merenda é investimento, o fato de ter outras despesas correntes, que é merenda, é remédio, é medicamento, enfim,

tudo o equipamento na área, só para citar duas áreas de extrema importância, extrema necessidade da população. Só quero colocar que não necessariamente outras despesas correntes são ruins. Isso é importante. E o investimento cresceu e cresce, cresceu bastante, de forma bastante importante. O investimento cresceu, nominal, 33,68% em relação a esse período ao outro, lastreado por financiamento, não tenha dúvida.

Por isso que o Paraná lutou tanto em busca desse financiamento com o Proinveste, e quero aqui dar um depoimento pessoal, porque me envolvi de forma muito intensa. Aqui quero fazer menção aos técnicos do BNDES, que me atenderam de forma extremamente atenciosa e dedicada na ajuda à liberação desse recurso também. Fora os outros mecanismos que houve e tal, mas do ponto de vista da importância de ter o Proinveste para o Paraná, foi fundamental, porque ele, efetivamente, lastreou os nossos investimentos. Então, o investimento cresce, e cresce por isso. Tanto cresce, que salta de R\$911 milhões para R\$1 bilhão 218, a despeito do crescimento que V. Exa. coloca, de forma muito precisa, das outras despesas correntes. Mas é importante, Deputado, que não minimizemos a ideia de outras despesas correntes, porque ali está o fundamento da ação do Estado junto à sociedade. A sociedade recebe...

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Para concluir.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: ...Mais vezes um remédio, um medicamento, uma atenção à educação, à saúde, do que talvez a construção de um prédio, de um prédio público, ainda que seja, que abrigue também esse serviço. Então, conseguir combinar essas duas despesas de investimento lastreado por investimento, que é a base para o financiamento de investimento na área pública, com outras despesas correntes, é o melhor que podemos fazer, é o melhor que podemos dedicar do nosso trabalho à população.

Na página 22 - fui anotando aqui, Deputado, depois se tiver algum item eu já volto, com alguma coisa que eu lembrei aqui - mas o item 22, da página 22, dos Poderes. Os Poderes, Deputado, na verdade posso aqui expressar, e é uma discussão técnica, não há nenhuma invasão, do ponto de vista institucional, de expor, mas eu tenho uma briga técnica muito forte com o Ministério Público, com o Tribunal de Justiça, e nem tanto aqui, não que estou em frente ao Deputado Rossoni, nem aos senhores, vou dizer que eu não tive, porque não tive mesmo essa briga, aspas, essa discussão, essa análise mesmo do desenvolvimento orçamentário, porque a rigor os Poderes preferem ter adiantado o duodécimo. Então, você tem um orçamento, vamos dizer assim, 100 milhões, ou 120 milhões, para facilitar a nossa conta, de recursos destinados ao Ministério Público. O Ministério Público gostaria que eu repassasse a Secretaria da Fazenda, o Estado, o Poder Executivo, o Estado, porque o recurso é de todo Estado, repassasse 12 milhões por mês, e a nossa discussão, discussão muito transparente, muito republicana mesmo, é no sentido "preciso ver a receita para pagar o que é receita". Porque às vezes eu tenho uma previsão de receita de 12, que daria 12 na conta do Ministério Público, mas eu não tive isso. Tive uma receita que equivale a 10, então passo 10.

Então, há tão somente um descompasso entre um montante e outro. Quando ele ultrapassa, certamente no mês seguinte ele vai estar abaixo, e não tenho preocupação, porque quero conter essa despesa. Chega no final do ano, vou conter na percentagem constitucional. E o senhor sabe, Deputado, também - com todo respeito e com toda liberdade que eu considero que eu possa ter com V. Exa. - que a questão da Ciência e Tecnologia, historicamente, não se atinge 12%, o senhor sabe disso. E sabe exatamente por essa construção. Construção institucional no Estado do Paraná de vinculação, onde há sempre essa restrição da Ciência e Tecnologia, porque também o senhor foi Secretário de Planejamento e sabe bem da condição do orçamento, sabe que no momento da Ciência e Tecnologia todo esforço é para identificar recursos que se realizou na universidade, nessa matéria Ciência e Tecnologia também. Esse que é o nosso esforço, o esforço que o Estado realiza há muito tempo e não atinge, e que o Tribunal de Contas sempre chama atenção mesmo do Estado. Aliás, em todo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Para concluir.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Concluindo, em todos os exercícios tem essa nota, no sentido de aplicação de Ciência e Tecnologia.

Então, acho que o esforço que temos que realizar no sentido de buscar efetivamente a construção também de dar essa condição à Ciência e Tecnologia, até porque, pragmaticamente, não há as restrições em relação a essa aplicação; o que há é uma lei em relação à saúde, educação, e tudo mais.

Saúde, foi o último ponto que o senhor lembrou e eu não comentei, o senhor sabe que a Lei Complementar nº 141, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 29, estabelece que o Estado, a União, a União também nos Municípios, podem compensar no exercício seguinte aquilo que não foi efetivamente atingido no exercício anterior. Fechamos a conta e apresentamos as contas ao Tribunal de Contas. Fizemos inclusive uma análise técnica e identificamos que havia despesas que não eram contabilizadas pelo Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas, ao final, baixou um acórdão e estabeleceu que o Estado cumpriu 11.22%. Então bastaria, basta, pela própria legislação, que faculta essa compensação, a aplicação, e está aqui o João Jeona, que trabalhou ativamente nisso, coordenou com a Secretaria de Educação esse trabalho, também junto ao Tribunal de Contas, e bastaria a complementação desse montante, 11,22, 0,78 já seria o suficiente, 12,78 seria o suficiente para equilibrar os 12%, não do orçamento passado, desse orçamento anterior, a lei nesse sentido é muito dura, você pode fazer a compensação, mas você tem que usar o orçamento desse ano.

Então, o esforço que realizamos de construir um orçamento, reconstruir na área de saúde e dar essa complementação dos R\$900 milhões. Então, ele vai se compensar, como já se compensou. Quando fazemos aqui, a população, através da Assembleia, um montante de 13, um pouco acima dos 13 pontos, já atingimos os 12 pontos, acima dos 12 pontos que havia sido definido pela Emenda 29, lei complementar... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Peço a colaboração do Secretário para que possamos nos limitar ao tempo. Temos cinco minutos para a pergunta, cinco minutos para a resposta, e três minutos para a réplica e a tréplica. V. Exa. tem três minutos.

DEPUTADO ENIO VERRI (PT): V. Exa. me permite apenas, o número de vezes que ele postergou, que eu também possa utilizar, por uma questão de justiça.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): V. Exa. terá o tempo necessário.

DEPUTADO ENIO VERRI (PT): Obrigado. Não vou usar, não, só fiz isso para...

Gostaria de manter o discurso, faço o possível para não ser professor, para evitar exatamente isso, para não precisarmos discutir conceitos, porque o conceito eu tenho e você também tem. Vamos ficar mais à vontade. Então, a primeira questão é que eu não faço uma análise, até porque não cabe a esta Casa, sobre a crise do modelo federativo, até porque não cabe a esta Casa. Espero, o ano que vem, junto com o Presidente, estarmos juntos discutindo o modelo federativo; agora não dá. A análise que eu faço é que a política econômica adotada após

2008, no início ela causou uma redução de receita nos Estados, porque atingiu a base, ou o denominador daquilo que se calcula, se calcula os recursos, mas concretamente em relação ao resto do mundo, e aí sim a crise do capitalismo mundial foi fundamental, que hoje, enquanto o resto do mundo passa por uma grande crise, se compararmos a economia brasileira com o nosso passado, está ruim, se compararmos a economia brasileira com o resto do mundo, estamos bem. Portanto, provando que isso, criticado pelo Governo do Estado, não por V. Exa., mas pelo seu antecessor, o modelo utilizado prova que o modelo foi bem sucedido. Tanto que se volta alguns meses depois e já se percebe, de fato, o crescimento. Se falarmos em termos reais, pequeno, mas crescimento, diferente do passado, que era negativo o crescimento real. Se é que existe crescimento real negativo - isso é coisa de economista - mas o crescimento real existe hoje, mostrando bem sucedido e avanço. A questão de o Governo receber, o que é merecido, é um debate a ser feito no pacto federativo e não aqui. Agora, de fato deu certo, e a economia respondeu.

A segunda questão, que V. Exa. não me atendeu e é a minha preocupação, trata-se do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, à medida que, salvo que eu esteja enganado e possa estar - estou fora da área há algum tempo, não temos uma experiência de um 2º semestre de aumento de receita. O primeiro semestre sempre é muito bom, e depois de novembro, dezembro, que a receita, em dezembro em especial, o pessoal começa a pagar as contas atrasadas, entra o IPVA, que aumenta a receita, se a tendência da receita não é aumentar, isso prova que estamos com a faca na garganta no que tange à folha de pagamento e ao limite da Lei de Responsabilidade Fiscal no Executivo, porque uma breve queda da receita fará com que passemos dos 48.10, estamos passando isso. V. Exa. não colocou isso.

Por fim - não vou usar o tempo que me foi gentilmente cedido pelo Presidente - a questão dos precatórios, que me parece que não tem... (É retirado o som.) Para concluir, Sr. Presidente. Não tem a mesma dificuldade como tem os investimentos em Ciência e Tecnologia, e mesmo assim não estão sendo atingidos com a mesma rapidez que os outros Poderes.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): O mesmo farei quando estiver presidindo o Congresso, lhe darei o tempo necessário, Deputado Verri.

DEPUTADO ENIO VERRI (PT): A recíproca pode ser verdadeira, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Secretário Sebastiani com a palavra.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Vamos lá. Eu não entro na discussão federativa, não levanto esta questão. O senhor confirma isso?

DEPUTADO ENIO VERRI (PT): Confirmando.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Muito obrigado.

Não entro nessa discussão mesmo, e ao contrário, quero que a economia brasileira vá muito bem. Indo bem, todos iremos bem. Somos brasileiros e trabalhamos para isso, para construir, efetivamente, as bases do crescimento. Então, discuti tão somente números, e também não discuto conceito.

V. Exa. é professor. Eu fui, não sou mais, então tenho essa condição importante de discutir a questão e coisa e tal, que efetivamente não. É por questão prática mesmo dos números, e efetivamente fazemos a análise do que apresentam os números. Então, é muito importante que a receita cresça. Receita que venha mais a FPE para o Estado não tem, nem me refiro a isso, só digo o limite. O limite é esse, se é aqui, se é em todos os Estados, não estou entrando... Então somente isso, não entrei nessa discussão mesmo.

A questão da... Desculpe, Deputado, só coloquei aqui a palavra "receita". Qual foi a segunda questão mesmo?

DEPUTADO ENIO VERRI (PT): Não, a relação que eu havia colocado é sobre o pacto. Depois eu coloquei sobre a questão dos precatórios, pelo atendimento... E por fim a relação do crescimento da receita em cima do limite da lei.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Perfeito.

DEPUTADO ENIO VERRI (PT): No segundo semestre que nós... Eu tinha uma experiência que não é um bom período do ano o segundo semestre para a receita. Nunca foi.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Está bem, então deixe eu te dizer, e aqui falo muito à vontade, estou aqui com três "feras", quatro com o Jaime, "feras" da receita. A grande vantagem de ter para dentro da Secretaria da Fazenda o orçamento é a condição de ter a realidade da receita. E ao contrário, Deputado, porque no seu período o orçamento tinha certa distância da receita, e talvez o Secretário da Fazenda à época, até para conter, falava: - "Não, a receita não está indo tão bem." Mas é ao contrário, é a partir exatamente de setembro que tem uma evolução bastante significativa da receita. É exatamente esse período. Esse período. Aliás, já deveria ter acontecido em agosto, João Jeona, a cooperação, senão em julho, mas efetivamente houve uma contenção do crescimento econômico, uma desaceleração, isso visto, e aí não faço crítica ao Governo Federal, Estadual ou Municipal, mundial é o quadro. Houve uma queda na atividade econômica. Muitos atribuem à Copa do Mundo, atribuem a diversos outros fatores: questão internacional, do câmbio, tal, mas houve.

Então, quero dizer, só para um reparo, eu me sinto menos preocupado, mas essa preocupação é sempre permanente em relação à gestão financeira, aliás, do nosso Estado do Paraná. Tem uma preocupação muito grande... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Para concluir, Secretário.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Desculpe. A partir de setembro a receita tende a crescer, já estamos observando, felizmente. Então, isso é historicamente - aqui está o Marlon, estão aqui o Valencio, a Suzane e o Jaime Nakano, da Receita, auditores, que sabem que a partir de agosto cresce. Só não cresceu muito em agosto. Foi muito baixo mesmo. Agora, setembro, já está começando a dar sinais de evolução, o que nos deixa um pouquinho menos apreensivos. Efetivamente, o senhor tem toda a razão, preciso crescer a receita para acomodar a despesa de pessoal.

Em relação aos precatórios, tão somente uma lacuna de um mês, por isso que a aplicação, mas já encaminhado junto ao Tribunal de Justiça, e é preciso equacionar mesmo, até por conta da certidão e tudo mais junto ao Tribunal. Mas exatamente na perspectiva de trabalhar com o Tribunal de que houvesse o desembolso daqueles precatórios que o Estado já pagou e acumulou em torno de R\$1 bilhão e 300, para efetivamente... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Para concluir.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: E os credores do precatório. Mas estamos aí atentos aos precatórios. Eu só não toquei no assunto porque o senhor havia só colocado sobre Ciência e Tecnologia, mas de fato também os precatórios são importantes, a nossa atenção é muito importante em relação a isso,

Deputado.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Deputado Verri...

DEPUTADO ENIO VERRI (PT): Obrigado, Secretário.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): V. Exa. se dá por satisfeito?

DEPUTADO ENIO VERRI (PT): Encerro o meu tempo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Encerra o seu tempo, obrigado.

Temos o Deputado Tadeu Veneri. V. Exa. tem cinco minutos. Sempre lembrando aos Srs. Deputados que teremos uma Sessão Extraordinária e antecipada do dia de amanhã.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Sr. Presidente e convidados, Secretário, boa tarde, é uma satisfação tê-lo aqui.

Tenho algumas situações que já foram tocadas, mas gostaria de retornar perguntando com relação à saúde. Quando o senhor falou de R\$900 milhões, que foram feitas as transferências da SEAP, quanto foi transferido? E especificamente da SEAP, quando levantamos esse tema, um dos valores, dos percentuais que haviam sido colocados para cá, remetiam que a única fonte possível seria a Paranaprevidência. Isso foi colocado no relatório pelos valores, depois disso não acompanhou o projeto de lei. Mas quanto foi transferido da SEAP?

Com relação ao CRC da Copel, na ocasião o senhor falou que estava abandonando a proposta de discutir um empréstimo externo do Credit Suisse e tentando esse empréstimo junto ao Banco do Brasil. Na negociação que foi feita da FAC com a Sanepar, o governo concordou em receber aquelas ações PNs a 12,75, porque o método utilizado foi o fluxo de caixa descontado. Essas ações estão hoje a cerca de R\$6. Eu não vi nos últimos dias, confesso que não vi nos últimos dias, mas estava, o preço histórico dessa ação é R\$5,15 a R\$6,25. Esta ação está, no Governo, hoje, recebeu R\$798 milhões a 12,75, ela está registrada a quanto? Ou como? E, por último, duas questões, Secretário, que acho que são relacionadas: o Ministério da Justiça, por conta de um projeto nacional, liberou ou deveria liberar R\$170 milhões para a construção de novos presídios. Quanto foi utilizado disso? E se não foi utilizado, por que não foi utilizado?

Em paralelo a isso, tivemos aqui um debate a respeito da Defensoria Pública; a alegação do Governador Carlos Alberto é que a mensagem do orçamento de 2015 veio para esta Casa com até R\$180 milhões, e ao ser votada, teria sido suprimida a palavra "até" e ficado como sendo definitivos os R\$180 milhões. Aqui houve uma dúvida, porque segundo a assessoria da Comissão de Orçamento, ele veio, tanto por meio eletrônico, veio como R\$180 milhões, e depois, no meio físico, também estaria nessa condição. Enfim, esse é um debate superado, mas pergunto ao senhor se para o ano que vem já há, no caso da Fazenda, alguma iniciativa no sentido de fazer com que tenhamos orçamento para a Defensoria Pública no ano que vem?

Acho que houve afirmações, tanto do Governador Richa como do ex-Governador Requião, bastante infelizes com relação à Defensoria Pública: um dizendo que não estávamos na Suíça, e outro dizendo que a Defensoria Pública é lugar de advogados desempregados. Ambas bastantes infelizes. Mas, o que nos interessa é saber se no ano que vem teremos recursos, e qual o montante dos recursos para a Defensoria.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Com a palavra o Secretário.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Boa tarde, Deputado Tadeu Veneri. Prazer em vê-lo aqui.

Bem, a questão da saúde, bem lembrado, já foram apresentadas aqui as expectativas. A época de cancelamento de despesas para a devida suplementação em saúde, repito, ela será apresentada aqui com todos os decretos disso, até porque os decretos são públicos, estão abertos, e da realização de cada cancelamento para o devido provisionamento em saúde no momento que se fizer necessário, na proporção final. Mas acho que já abrimos o orçamento, já quase o montante, mas ainda sempre fazendo a reserva para poder, efetivamente, fechar no percentual. Então, não há nenhum problema. Não há nenhuma ação que tenha sido cancelada que traga prejuízo para o cidadão. Então, ela é absolutamente preservada, por isso que ela focou efetivamente naqueles recursos que estavam previstos nos orçamentos da Secretaria meio, Administração, Fazenda, Planejamento, para citar três, mas em nenhum, especificamente, retirando dinheiro da Previdência, até porque precisa ter o orçamento para fazer o devido encaminhamento para a Paranaprevidência, o que está sendo efetivamente realizado; quando sempre do pagamento da folha, já faz também a provisão para a previdência, portanto, mantendo aí o equilíbrio.

A CRC da Copel, em que pé que está, que foi sua pergunta, Deputado, é isso? Veja, naquele momento, de fato, já fazíamos ponderações a respeito. E eu tinha uma condição de realizar a ponderação, porque eu estava na Copel e identificava, já tinha informações de que naquela operação haveria dificuldades em relação às condições que se colocava para esse financiamento, em função de ser lastreado em dólar. E como há naquele momento, e ainda hoje, uma insegurança muito grande em relação aos movimentos, às oscilações do dólar, e dado que era uma operação pesada, logo que eu iniciei, eu já, vamos dizer, tomo, logicamente, com a orientação do Governador, um refluxo desse, da sequência dessa operação. Operação importante foi aberta na Secretaria do Tesouro Nacional para um processo de refinanciamento de dívidas de Estados e Municípios. Muitos Estados e Municípios fizeram, tomaram um empréstimo para quitar uma dívida em condições mais favoráveis, mas como o lastro dessa CRC era feita em dólar, o risco embutido nessa operação era muito grande. Por isso que já tratamos, no início, e estamos sempre em conversa, em contato com o Banco Mundial - até aqui está o Breno, que é o Coordenador de Assuntos Econômicos da Secretaria da Fazenda - em contato com o Banco Mundial, no sentido de apresentar... Banco do Brasil, perdão, de apresentar uma proposta mais favorável, sem ser efetivamente alavancada em dólar, realizada com TJLP, alguma outra condição de financiamento que seja mais adequada do que o Estado continuar pagando esta CRC para a Copel. Mas estamos, vamos dizer, aquela... Suspendo já da Secretaria do Tesouro Nacional, não queremos mais realizar aquela, e vamos nos dirigir a uma operação que dê mais tranquilidade do ponto de vista do custo financeiro futuro. Então, está equacionado. Não é esta uma questão urgente, para nós, realizar esta operação neste momento, até porque neste momento a dívida não está tão pesada em relação à CRC, mas é alguma coisa que está no radar para realizarmos.

A questão da FAC da Sanepar, não foi realizado nenhum tipo de operação. Então, nada mudou em relação à relação do Estado, da Secretaria

da Fazenda com a Sanepar, não foi feita nenhuma FAC, não foi feita nenhuma operação. Daquele momento, o que me lembro, havia um contexto de instabilidade em relação ao lançamento de ações, a própria Bolsa de Valores já dava uma informação de que não era o momento para fazer nenhum tipo de lançamento de ações por quem quer que seja, qualquer empresa, mesmo empresa privada, então foi solicitada a suspensão. E a Sanepar também não nos provocou a nada, nem nos indicou a nada, está lá sem nenhum tipo de movimento em relação à Sanepar, e caberia à Sanepar, também, falar em relação ao que projeta, hoje, em termos de valor de mercado, mas não houve nenhum tipo de ação que pudesse interferir na condição financeira do Estado ou tampouco da Sanepar.

Em relação aos convênios com presídios, sei já... (É retirado o som.)
SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Para concluir.
SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Pois não, Presidente.

Realizamos, já, depósitos em dois convênios. Um convênio, junto com o Ministério da Justiça, com o Presídio de Cruzeiro do Oeste - não sei quem está aqui que possa nos informar - tem mais... Cascavel. Então, à medida que os processos vêm a nós, pela Secretaria da Justiça, em função já de ter fechado os processos junto ao Ministério da Justiça, ele vem, solicita o devido aporte da Fazenda em relação a sua contrapartida, e a União entra com a contrapartida através da Caixa Econômica e vão iniciando e executando as obras. Posso lhe informar depois em que pé estão todos esses convênios e passar, através do Presidente, todos os convênios vinculados ao Ministério da Justiça em relação aos presídios.

Da Defensoria Pública, obviamente faremos aqui apresentação da... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Peço para concluir.
SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Pois não, Presidente.

Projeto de lei orçamentária para 2015, onde certamente constará o valor referente à Defensoria Pública. Não há nenhum problema em relação a isso, no que diz respeito à Lei Orçamentária Anual. Se ela, na apresentação, exigir alguma alteração na LDO já votada, ela fará também o pedido de alteração da LDO para conformar o orçamento da Defensoria Pública de acordo com duas condições, de acordo com a estrutura necessária para a Defensoria, de acordo com a capacidade orçamentária do Estado, para criar uma realidade orçamentária também. Não adianta também criar a expectativa de um orçamento muito grande e não poder realizar. Então, estamos sempre em contato muito próximo com a Defensoria Pública, através da Defensoria, e construindo, em conjunto com todos os outros órgãos do Estado e Poderes, orçamento para a Defensoria. Sem nenhum problema.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Deputado Tadeu para a réplica. Três minutos.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Secretário, gostaria que o senhor... O senhor falou que poderia remeter, o senhor falou nos 170 milhões que estão sendo feitos para Cruzeiro do Oeste e para Cascavel. Eu não sei exatamente o que é Cruzeiro do Oeste e Cascavel. São duas penitenciárias. Tivemos rebeliões, Cascavel inclusive. O que lhe pergunto é especificamente dos valores liberados pelo Governo Federal para construção de novos presídios e novas delegacias. O que está sendo feito, de fato? Este é um debate bastante intenso que temos tido aqui, e gostaríamos de saber o que está sendo feito, de fato. O que já foi liberado para construção, porque o ano termina daqui a poucos meses, e obviamente que este é um processo que continua para o ano que vem, independente do Governo, mas é preciso que saibamos o que está sendo feito de fato, o que está sendo liberado, porque senão ficamos só em um debate aqui bastante estéril de ambos os lados.

Com relação, quando lhe perguntei com relação à FAC, é porque me parece que o Governo, ao aceitar, o Estado ao aceitar uma negociação de R\$798 milhões a 12,75, em uma ação que estava a R\$6 - eu já tive a oportunidade de falar a V. Exa. na vez anterior quando estive aqui - a R\$6, o Estado aceitou um prejuízo de R\$500 milhões. Ainda que V. Exa. também coloque que não há, hoje, janela de oportunidade, o Presidente da Sanepar, Guelmann, havia dito que faria o lançamento em julho, ou em setembro, ou talvez em outubro, e vou repetir exatamente aquilo que falei a ele, com todo o respeito: obviamente que se a ação da Sanepar hoje entrar no mercado a 12,75 não vai ser vendida, aí o senhor vai ficar com uma ação que recebeu a 12,75 sem saber o que fazer com ela. Este é o problema.

Então, só para complementar, porque quero encerrar também e não quero usar todo o tempo, aquilo que o Deputado Enio coloca, quando há, no seu entendimento, quando há um repasse acima do percentual estabelecido, ainda que depois ele sofra, e obviamente que sofre, o ajuste, esse valor acima, gera ganho de capital?

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Secretário com a palavra.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Pois não. Só vou precisar que retorne, faz favor, Presidente, ao Deputado, para saber... Não, não. Retorno gera ganho de capital? Não entendi.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): É, porque o senhor está repassando a mais do que o Tribunal de Justiça, o Ministério Público. Esse valor que eles recebem a mais, aplicado, gera ganho? Porque se gera ganho, ainda que possamos dizer que no todo é pequeno, é um percentual que não vai ser considerado posteriormente.

Gostaria muito que me antecipasse 24 anos, 30 anos, se eu estivesse no banco onde trabalhei, de salário, porque eu aplicaria aquilo lá e não precisaria fazer mais nada, V. Exa. sabe disso, e talvez fosse o sonho de todo mundo.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Então, Deputado, nesse ponto, especificamente, não passamos a mais porque queremos. Em absoluto. Ao contrário, queremos passar menos. Só que vamos passar o que deve ser passado. Ocorre que eu só fecho a receita no dia 10 do mês subsequente, e tenho que fazer o repasse até o dia 20, está certo? Estão aqui a Marlene e o Antônio Carlos, Coordenador da CAF e Coordenadora da Dívida, que sabem disto. Nós passamos a... E pior, a luta é para não pagar o duodécimo, que não pagamos. Então, há um entendimento, nesse sentido há um entendimento claro, só que temos uma previsão de que a receita vai dar "x" e dá "x" mais um pontinho. O que é esse passar a mais? Vamos tornar claro aqui para todos que estão nos assistindo. Esse passar a mais é 0,01%, 0,01%! Então, é nada, que ajustamos no próximo, não se preocupe. Mas olha, não se preocupe, porque o que podemos conter para dentro do Tesouro para pagar os nossos compromissos, para fazer a movimentação Estado, nós fazemos, mas com muita, muita luta, muita luta mesmo. Isso, não se

preocupe, e agradeço a sua preocupação, mesmo, Deputado, agradeço mesmo. Não estou ironizando, porque é bom, porque é mais um argumento para ter: "olha, vou passar um pouco menos, porque senão amanhã tem essa preocupação." E que embora chegue dia 31/12, fechamos a conta e trazemos para dentro, não tenha dúvida. Como tem uma participação importante do Poder Legislativo, que faz a devida devolução dos recursos não utilizados, e faz de forma muito precisa e importante, viu, Deputado, quero lhe dizer e agradecer a todos os Deputados, na figura do Presidente, o importante retorno que dá o Poder Legislativo ao Tesouro Estadual, porque isto traz mais recursos, temos condições de movimentar recursos financeiros para pagamento. Mesmo. Então, fique muito bem.

Veja, na verdade, a discussão entre o valor - a questão da Sanepar, Deputado - a questão do valor de face, se valor real ou valor de mercado, só se realiza quanto está no mercado, estão certo? Então, não há nenhuma operação realizada pelo Estado que o Estado tenha feito aquisições de ações no valor de R\$12 e o mercado aponte para seis. Não. Isso é... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Para concluir, Secretário.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Pois não, Presidente.

Isto é uma expectativa que se tinha, que não se realizou. Não se realizou, portanto não houve nenhum desembolso. Agora, se houvesse amanhã um lançamento, fizesse um IPO, na verdade não é uma FAC, é um lançamento primário de ações ordinárias, onde houvesse uma importância de o Estado trazer esse recurso e soubesse que é uma aplicação importante, faria sim, mas não realizamos, até porque não realizaríamos nesse patamar, tanto que não foi lançado na Bolsa porque não há - que o senhor lembrou bem - a janela de oportunidade. Então, absolutamente tranquilo eu diria, como Deputado que o senhor é e cidadão paranaense, que não vamos fazer nenhum trabalho para o Estado que não seja em benefício dele próprio, muito mesmo. Isso é um investimento que faríamos só se efetivamente fosse importante para o Estado realizar e manter sua posição firme numa empresa como é a Sanepar, como mantêm.

Então, mais uma vez agradeço a sua preocupação, e saiba da minha... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Com a réplica o Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Acho, Secretário Sebastiani, que o senhor coloca claro, é claro que o percentual que vai é pequeninho, vai em cima, volta, mas o senhor já me respondeu, aquilo que o Deputado Enio me mostrou, a preocupação. Acho que a questão é o peso político de cada um. A minha opinião é essa.

Com relação à FAC, acho que ainda temos uma divergência. O Estado recebeu as ações a 12,75; se o senhor quiser colocar hoje essas ações no mercado, o senhor não pode colocar; se o senhor quiser colocar, vai colocar a seis, e o senhor vai ter um prejuízo de 500 milhões. Essa é uma questão que não vamos discutir aqui, Secretário, mas é o que foi feito aqui na negociação, quando foi feito o aumento de capital.

A Sanepar, não é o Estado que faz lançamento primário de ações, é a Sanepar, embora o Estado seja majoritário, mas na negociação da FAC o Estado concordou em receber. Isso está documentado, não há como dizermos: "não, nós recebemos a 12,75 uma ação que valia 15". Receberam a 12,75 uma ação que valia 5,25 na época. Mas isso é uma coisa que eu vou insistir sempre com o senhor, porque eu falei para o Dr. Guelmann, inclusive, estamos estudando a possibilidade, se a Sanepar fizer... - não, o Presidente da Sanepar, Ghignone, desculpe - se fizer o lançamento das ações num valor menor do que aquele, cabe uma ação popular, no nosso entendimento, e vamos fazê-lo, com muita tranquilidade, representando contra o Estado e obviamente contra o Presidente da Sanepar. Mas acho que estou satisfeito, dentro daquilo que é possível ser respondido.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Não tendo mais Deputados que queiram questionar, vamos concluir a nossa Audiência Pública.

O Secretário tem a palavra para as considerações finais.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Muito brevemente um agradecimento, na figura do Presidente Valdir Rossoni, a todos os Deputados e Deputadas presentes nesta Sessão.

Sou um servidor público, estarei sempre presente quando precisar, sempre à disposição. Aqui anotadas as questões, os encaminhamentos que devemos realizar, Deputados, estamos sempre às ordens.

Também agradecer aos funcionários da Assembleia Legislativa, sempre uma atenção muito grande conosco aqui, a todos os nossos colegas da Secretaria da Fazenda, da Secretaria do Planejamento, da Secretaria da Saúde, que aqui vejo também, demais servidores públicos do Estado do Paraná, população. É uma honra muito grande estar aqui nesta Sessão e apresentar as contas do Estado do Paraná, com alguns desafios importantes já alcançados. Temos muito pela frente.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Agradecemos o Secretário Sebastiani, e dizemos ao Secretário, aos servidores da Secretaria da Fazenda, que leve firme o percentual dos Poderes, porque sempre, nas manchetes, a Assembleia é criticada, mas a Assembleia hoje dá exemplo. Seria muito bom que todos os Poderes também fizessem o seu sacrifício e também fizessem uma devolução no final do ano, que certamente teríamos mais dinheiro para a saúde, para a educação, para a segurança, para tantas necessidades.

Sei que estou falando aqui com os paranaenses através da TV Sinal, com o Secretário Sebastiani, com os servidores da Secretaria da Fazenda, e faço isso porque é importante registrar: o Poder Legislativo, neste ano, vai, nos quatro anos, somando, chegaremos numa economia de quase 40% do seu orçamento devido. Então, é uma contribuição importante do Poder Legislativo com a população do Paraná. Não estamos fazendo mais do que a nossa obrigação, mas fazer o registro neste momento em que concluímos essa Audiência Pública, tão importante para esclarecimento aos Srs. Deputados e aos paranaenses.

Declaro encerrada a Audiência Pública. **"LEVANTA-SE A SESSÃO"**. (Audiência Pública encerrada às 16h50, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4.5.2000.)

Processo Legislativo

Comissões Especiais

PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL CONSTITUÍDA PELO
ATO DO PRESIDENTE Nº 10/2014
SABATINA DO AUDITOR IVENS ZSCHOERPER LINHARES,
INDICADO PELO GOVERNADOR PARA A VAGA DE CONSELHEIRO
DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
22 DE SETEMBRO DE 2014

I – RELATÓRIO

Trata-se de indicação de Auditor para a vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas, nos termos do art. 77 da Constituição Estadual.

O Ofício nº 337, de 2014, do Presidente do Tribunal de Contas, lido no expediente da sessão de 26 de agosto de 2014, protocolado sob nº 4.333 DAP, informou à Casa que foi publicada em 20 de agosto de 2014 a Portaria nº 476, de 2014, de concessão de aposentadoria ao Conselheiro Caio Marcio Nogueira Soares, nos termos do Acórdão nº 4.625, de 2014, do Tribunal Pleno, nos Autos nº 612.011, de 2014.

A referida vaga, observado o princípio da alternância inscrito no inciso I do § 2º do art. 77 da Constituição Estadual, será preenchida por Auditor do Tribunal de Contas, indicado pelo Governador do Estado a partir de lista tríplice elaborada pelo Tribunal, observado o critério de merecimento.

A vaga ocupada pelo Conselheiro Caio Marcio Nogueira Soares, em 2006, foi provida em razão da antiguidade na carreira.

Em 15 de setembro de 2014, no Expediente da Sessão Ordinária desta Casa foi lido o Ofício 167/2014 do Governador do Estado, protocolo nº 4.521 DAP, indicando o nome do Auditor Ivens Zschoerper Linhares para a vaga. Ato contínuo, o Senhor Presidente solicitou aos Líderes Partidários que informassem, no prazo de 48h, os cinco membros da Comissão Especial, assegurada a representação proporcional.

Através do Ato do Presidente nº 10, publicado no Diário da Assembleia nº 731, de 15 de setembro de 2014, foi constituída a presente Comissão Especial para fazer a arguição do indicado pelo Governador do Estado.

Foi designada a data de 22 de setembro de 2014, às 13h30, na sala de reuniões das Comissões, para a realização da Sabatina.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Cabe a esta Comissão, na forma do parágrafo único do art. 214 da Resolução nº 1, de 1º de março de 2005, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, realizar a arguição do indicado pelo Governador do Estado.

A indicação do Governador foi feita nos termos do inciso I do § 2º do art. 77 da Constituição Estadual.

O texto constitucional em comento foi incluído pela Emenda Constitucional nº 9, de 13 de junho de 2001.

Art. 77 ...

§ 2º Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão escolhidos:

I – dois pelo governador do Estado, com a aprovação da Assembleia Legislativa, alternadamente, entre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo mesmo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento;

A arguição do indicado foi promovida na forma do parágrafo único do art. 214 do Regimento Interno.

Apesar do indicado já ocupar a vaga de Auditor, para a qual preencheu os requisitos do § 1º do art. 77 da Constituição Estadual, o mesmo apresentou documentação pessoal para avaliação da Comissão Especial, a qual foi considerada na sabatina realizada nesta data. Apresentou currículo atualizado; cópia do documentos de identidade; comprovante de escolaridade; cópia do comprovante de residência; certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Polícia Civil e Federal; certidão negativa de ações penais expedida pela Justiça Estadual e Federal; certidão negativa de ações cíveis públicas de improbidade administrativa expedida pela Justiça Estadual e Federal; e certidão de quitação com as obrigações eleitorais e gozo dos direitos políticos.

III - CONCLUSÃO

Do exposto, a Comissão Especial, realizada a arguição do indicado, Auditor Ivens Zschoerper Linhares, considera cumprido o disposto no art. 77 da Constituição Estadual, bem como a exigência do parágrafo único do art. 214 do Regimento Interno, e encaminha a Ata da Reunião da Comissão Especial e este parecer ao Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Valdir Rossoni, para a realização da Sessão Especial de votação da indicação.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2014.

Deputado Elio Rusch – Presidente

Deputado Luiz Cláudio Romanelli – Relator

Deputada Rose Litro

Deputado Elton Welter

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL CONSTITUÍDA PELO ATO DO PRESIDENTE Nº 10/2014

SABATINA DO AUDITOR IVENS ZSCHOERPER LINHARES,
INDICADO PELO GOVERNADOR PARA A VAGA DE CONSELHEIRO
DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
22 DE SETEMBRO DE 2014

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, às 13h30, a Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 10, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 731, de 15 de setembro de 2014. O Presidente da Comissão, Deputado Elio Rusch, declarou aberta a arguição pública do Auditor Ivens Zschoerper Linhares, indicado pelo Governador do Estado na forma do Ofício nº 167/2014, lido no expediente da Sessão Ordinária de 15 de setembro de 2014. O Presidente da Comissão comunicou aos presentes que o indicado apresentou currículo atualizado; cópia do documento de identidade; comprovante de escolaridade; cópia do comprovante de residência; certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Polícia Civil e Federal; certidão negativa de ações penais expedida pela Justiça Estadual e Federal; certidão negativa de ações cíveis públicas de improbidade administrativa expedida pela Justiça Estadual e Federal; e certidão de quitação com as obrigações eleitorais e gozo dos direitos políticos. De imediato, passou a palavra ao Relator da Comissão Especial, Deputado Luiz Cláudio Romanelli. O Relator concedeu a palavra, por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos, ao Auditor Ivens Zschoerper Linhares para que demonstrasse o cumprimento dos requisitos constantes no §1º do art. 77 da Constituição Estadual para ocupar a vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas. Procedida à arguição do indicado, a Comissão Especial deliberou por considerar cumprida a disposição do parágrafo único do art. 214 do Regimento Interno e encaminhou parecer nesse sentido ao Presidente da Casa, Deputado Valdir Rossoni. Nada mais havendo a tratar e para produzir efeitos legais, foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Comissão Especial presentes na reunião.

Deputado Elio Rusch – Presidente

Deputado Luiz Cláudio Romanelli – Relator

Deputada Rose Litro

Deputado Elton Welter

92939/2014

Comissão Executiva

DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, de 22 de setembro de 2014.

Aprovação do nome do Senhor Ivens Zschoerper Linhares para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 122 do Regimento Interno, o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Aprova o nome do Senhor Ivens Zschoerper Linhares para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 22 de setembro de 2014.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente